



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 92

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 23 de Janeiro de 2008

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e António Pedro Costa (em substituição do Secretário da mesa, Deputado Cláudio Lopes)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos)

Período de Informação Parlamentar:

Foi lida a correspondência, a que se seguiram as intervenções de interesse político relevante. Usaram da palavra os Srs. Deputados José Gabriel Eduardo (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), António Ventura (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), Rogério Veiros (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

Agenda da Reunião:

1. O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro usou da palavra para a apresentação de um conjunto de diplomas relativos a Segurança Pública.

Na sequência da apresentação feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

2. Projecto de Decreto Legislativo Regional – "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho – Apoio financeiro a atribuir no combate à infestação por térmitas", apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Carla Bretão (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência entrada na mesa.

(Neste momento o Secretário, Deputado Cláudio Lopes, ocupa o seu lugar na mesa).

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto de Resolução – Segurança nos Aeroportos e Aeródromos dos Açores.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto de Resolução – Coordenação da Polícia de Segurança Pública.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto de Resolução – Segurança Pública nos Açores, um dever do Estado, um objectivo da Autonomia.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre o Projecto de Lei nº 446/X – Alteração à Lei nº 53/B/2006, de 29 de Dezembro, que cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*António Loura*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre o Projecto de Lei nº 433/X – Alteração à Lei de Bases da Segurança Social.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 26/2007 – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 34/2006/A, de 30 de Agosto, que sujeita a medidas preventivas os terrenos envolventes do Aeroporto de Santa Maria.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório a que se refere o artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, relatório a que se refere o artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Lei 431/X, Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.

Presidente: Apresentada a correspondência, passamos ao período destinado a intervenções de interesse relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A notícia é do Jornal de Leiria e reza assim:

“A Orquestra Regional “Lira Açoriana” efectuou no Teatro Gil Vicente, em Coimbra e no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, dois concertos memoráveis.

Uma surpresa. Cento e dois músicos, representantes das Bandas das nove Ilhas, sob a direcção do Maestro António Melo, surpreenderam um auditório que esperava um grupo modesto, com algumas limitações em resultado da insularidade, não uma Orquestra de Sopros com o nível que foi apresentado, demonstrando que a qualidade não é só apanágio das Bandas e Philharmonias das capitais. Podem ombrear com o que de melhor se faz neste país, sobretudo por se tratar de tocadores jovens – o mais novo tem 14 anos.

Esta deslocação deve ser o prenúncio de outras deslocações ao continente. Ganham as “nove ilhas e uma só música” e ganham os Açores promovendo o que de melhor têm.”

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Banda “Lira Açoriana” foi criada em 1998, sendo constituída por mais de cem jovens músicos, em representação das muitas dezenas de Bandas Filarmónicas das nove ilhas do Arquipélago dos Açores. Trata-se de um projecto da Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional da Cultura.

Sob a orientação do Maestro António Melo, a constituição da “Lira” visou, à partida, enriquecer a participação no programa cultural que a Direcção Regional da Cultura promoveu no Dia dos Açores, na Expo’ 98, em Lisboa. O êxito retumbante desta iniciativa, reiterado pela sua intervenção, dois anos mais tarde, na Expo Am Meer, em Willermshaven, na Alemanha, levou à decisão do Governo Regional dos Açores de manter a Banda original, agora denominada de Orquestra Regional “Lira Açoriana”, como símbolo por excelência da unidade da Região, através da música, fazendo-se evoluir a ideia fundadora inicial para a de um projecto formativo alargado, que sirva de suporte à desejada evolução das filarmónicas dos Açores, as quais constituem um património cultural de valor incomensurável.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Orquestra tem um funcionamento único no Mundo, ou seja, é constituída por 102 músicos que fazem parte das Filarmónicas das nove Ilhas, que ensaiam uma vez por semana durante três a quatro horas nas suas Ilhas com os seus respectivos coordenadores, reunindo-se em grande grupo somente uma vez por ano, numa Ilha, para fazer um estágio de uma semana e os respectivos concertos. Funciona assim como uma escola de música, principalmente música de conjunto, que se destina a interpretar um vasto repertório de música erudita e ligeira de vários compositores regionais, nacionais e estrangeiros.

Ser músico da Orquestra Regional “Lira Açoriana” não é só uma oportunidade de enriquecimento cultural, mas também de cultivar o espírito de grupo, a solidariedade e a amizade. Interpretar bem uma peça musical, seja de que compositor for, necessita de espírito de entreajuda, de amizade, de unidade, e, sobretudo, de humildade. São vitais os valores da responsabilidade, da entrega e doação, do espírito de sacrifício. Se olharmos para a importância de um simples ensaio, veremos como aí se aprende tantas coisas para o quotidiano de cada um: ser assíduo e pontual, estar atento, aceitar os “alertas” do maestro, a repetição sistemática de uma parte do trecho musical, a unidade que circunda uma simples

batuta, enfim todo um método de trabalho que incute nos músicos muitos ensinamentos importantes para a vida!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Segundo o Maestro António Melo a Orquestra Regional "Lira Açoriana", que este ano completa dez anos, deve a sua existência à forte tradição presente no Arquipélago de tocar nas Bandas Filarmónicas, afirmando que este projecto permitiu quebrar o isolamento das ilhas e desenvolver um "projecto formativo singular" com músicos de todas as Ilhas.

Pensando um pouco no papel desta Orquestra constituída por músicos de todas as Ilhas da Região Autónoma dos Açores que, devido às suas condições geográficas, possuem culturas bem distintas separadas pela vastidão do Oceano Atlântico, torna-se bem evidente a função de *“Competência Cultural”* que esta Orquestra de Música desempenha. É uma Orquestra com, pelo menos, nove pronúncias diferentes, nove diferentes formas de encarar a vida, hábitos e costumes diversos unidos numa só Ilha da Música.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como disse, este ano completa-se uma década sobre a criação da Lira Açoriana.

Tenho fundadas esperanças que o décimo aniversário desta Orquestra será assinalado pelo colmatar de uma lacuna que ainda persiste no seu currículo: a realização de um concerto em todas as parcelas do território regional. E para isso falta concretizar a actuação da Lira nas duas ilhas do Grupo Ocidental.

Estou consciente das dificuldades que se colocam a uma deslocação deste tipo, mas estou também consciente que o lema “nove ilhas uma só música” que a Lira representa e que pretende ser o símbolo do Arquipélago só será inteiramente concretizado depois que os acordes da Orquestra Regional “Lira Açoriana” tiverem ecoado em todas e cada uma das nove ilhas dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Parecendo não haver inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Jaime Jorge para uma intervenção.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Longe vai o tempo em que a Martins e Rebelo era a empresa detentora da maior fábrica de recepção e transformação de leite na ilha do Pico. Foi uma altura de infra-estruturas deficientes, com muitos postos de recolha ao longo de toda a ilha, com poucas ou nenhuma condições para a conservação da qualidade do leite.

A fábrica era obsoleta e claramente ultrapassada, sem equipamento que permitisse dotar um determinado nível qualitativo a todo o processo de transformação.

Não é de estranhar portanto, que os produtos lácteos produzidos nesta fábrica, há altura, eram de fraca qualidade, arrastando conseqüentemente problemas gravíssimos ao nível da sua comercialização para todo o sector produtivo.

Não eram raras as situações de atrasos nos pagamentos aos produtores, tendo-se registado mesmo períodos de quase um ano.

Os produtores de leite viviam nessa altura em permanente sobressalto, temendo pela falência das suas explorações e das suas famílias, embora pouco ou nada pudessem fazer, já que esta era a única fábrica na ilha, com dimensões para processar toda a produção, não havendo portanto outras alternativas com dimensão que facilitasse uma eficiente e tranquila transição.

Mais tarde, com o desinteresse da Martins e Rebelo pela produção de leite desta ilha e conseqüente venda das suas infra-estruturas aqui instaladas, foi possível aos produtores de leite, sobreviventes desse longo calvário, agregarem-se numa cooperativa, a Lactopico, criando assim condições para a construção de uma nova fábrica de lacticínios na ilha, em parceria com outra empresa do continente, a Oliveira de Azeméis, tendo este processo sido mediado e coordenado pelo Governo Regional.

Esta fábrica foi inaugurada em 17 de Novembro de 2001, com um orçamento inicial da ordem de 1.100.000 contos, tendo tido trabalhos a mais na ordem dos 300.000 contos e custou ao erário público regional, através dos fundos do FEOGA 528.900 contos e de fundos próprios da Região, da ordem dos 265.000 contos, pelo facto de ter sido um investimento candidato aos fundos comunitários.

Importa aqui esclarecer que o montante elegível do projecto foi 1.057.000 contos, pelo que os montantes subsidiados directa e indirectamente pela Região, correspondem a 70% deste montante.

Esta moderna infra-estrutura, apesar de poder vir a suportar uma capacidade máxima de laboração, da ordem dos vinte milhões de litros de leite, tem actualmente apenas uma capacidade de transformação instalada, de cerca de dez milhões de litros de leite, tendo processado nas últimas campanhas, aproximadamente 70% deste valor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa aqui considerar o impacto que a determinação carne dos Açores IGP para a ilha do Pico, veio trazer ao sector do leite, numa forma muito particular para a Lactopico.

Este é sem dúvida, um excelente projecto para a ilha em geral e para o sector da carne dum modo muito particular.

Esta é claramente, a via para a credibilização do nosso sector da carne e para a consolidação em mercados externos, de uma imagem de qualidade, associada à carne verde, ecologicamente pura e tanto quanto a nossa situação geográfica permite, livre da maior parte dos problemas sanitários, de que enfermam os bovinos noutras paragens.

Por isso mesmo, neste momento muitos dos produtores de leite estão com os olhos postos no desenvolvimento, que o sector da carne poderá sofrer, vislumbrando já uma efectiva diferença dos custos de produção e consequente rentabilidade, de um sector em relação ao outro.

Poderá assim assistir-se, num futuro muito próximo, a uma maior intensificação da transferência de explorações leiteiras, para a produção de carne, com as consequências previsíveis ao nível das nossas indústrias de lacticínios - porque são estas que agora importa aqui analisar - com grande reflexo obviamente, na maior unidade transformadora da ilha do Pico já que, a efectiva transferência destas explorações da produção de leite para a produção de carne, pode vir a contribuir para uma perigosa redução dos valores actualmente transformados nesta fábrica, pondo em risco a sua viabilidade económica.

Aliás, neste momento, a única limitação suficientemente conhecida a essa transferência, é o número de quotas de vacas aleitantes atribuídas recentemente à ilha do Pico, que, como se prevê, num futuro muito próximo, poderão não ser substancialmente aumentadas.

Temos assim um total de quotas leiteiras, atribuídas actualmente aos produtores associados da Lactopico, de cerca de 6.300.000 litros de leite, quando na campanha de 2005/2006, a produção rondou os 7.300.000 de litros, crescendo cerca de 300.000 litros, em relação à anterior. Na campanha de 2006/2007, desceu cerca de 300.000 litros, mais ou menos o crescimento registado na campanha anterior e no fecho da última campanha, espera-se de novo um decréscimo, da ordem dos 200.000 litros, não obstante, como já afirmei no início, o limite crítico de produção, para uma efectiva rentabilização da infra-estrutura, ser da ordem dos 9.000.000 de litros;

A acrescentar a tudo isto, recentemente outras dezoito explorações leiteiras desta ilha, totalizando uma produção anual da ordem dos 691.690 kg, candidataram-se ao resgate leiteiro.

Provavelmente nem todas estas serão explorações associadas da Lactopico e muito provavelmente algumas destas irão fundir-se com outras já existentes, dado ainda existir no Pico um número elevado de explorações leiteiras de reduzida dimensão e deficiente estrutura fundiária.

Não é portanto de perder de vista a possibilidade, deste resgate vir contribuir para mais uma importante redução dos volumes de leite recepcionados na Lactopico, contribuindo assim para acentuar o risco já eminente do fecho desta importante infra-estrutura, poucos anos depois de ali terem sido aplicados muitos recursos financeiros públicos.

É importante que o Governo Regional acompanhe de perto todo este processo, procurando gerir todos estes vectores de desenvolvimento com muita sensibilidade.

A Lactopico não poderá ver mais ameaçados os níveis da sua actual produção.

É imperioso que se proceda junto dos produtores de leite desta, como de outras ilhas, a acções de informação e sensibilização para a produção e não criar incentivos e estímulos ao abandono.

É preciso que se diga aos produtores de leite, que hoje a Europa é deficitária em produtos lácteos. Que hoje, ao contrário de ontem, a procura destes produtos já supera a oferta, tendendo, esta situação, cada vez mais a acentuar-se.

É preciso que se diga aos produtores de leite, que amanhã, ao contrário de hoje, o leite poderá ser um produto escasso e muito bem pago.

É preciso que se informem os produtores de leite, que o crescimento económico que se tem verificado nos últimos anos, em economias emergentes, como a China e a Índia, conduzirão a uma procura inusitada de produtos lácteos, a nível mundial.

Em suma e para concluir, é urgente dignificar o sector de leite desta ilha, sendo para tal necessário:

1 – Desenvolver esforços no sentido de aumentar a dimensão média das explorações da ilha do Pico, procurando melhorar substancialmente a sua estrutura fundiária e produtiva;

2 – Ao contrário do que a criação da determinação da carne dos Açores IGP poderia levar a supor, aumentar a quota leiteira do Pico, atribuindo àquelas explorações, o valor solicitado no âmbito das novas candidaturas, para o aumento de quota leiteira, que no caso do Pico rodam os 2.300.000 litros, aproximando assim a produção de leite, dos associados da lactopico, ao limite crítico de produção da sua fábrica, procurando que esta consolide assim, ano após ano, os seus proveitos;

3 – Finalmente, e à semelhança do que já vem acontecendo noutras ilhas, designadamente, S. Miguel, Faial, Terceira e conseqüentemente Graciosa, embora de forma indirecta, o Governo Regional deverá apoiar o preço do leite, por forma a colmatar assim as assimetrias verificadas, comparativamente com o actualmente praticado no resto da região.

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, os Srs. Deputados Lizuarte Machado, Hernâni Jorge e António Ventura.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(* Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A produção agro-pecuária dos Açores e do Pico, nesse olhar especial, cuja intervenção o Sr. Deputado aqui nos veio trazer, é uma produção que se desenvolve em dois segmentos fundamentais, o leite e a carne.

Há uma longa tradição de produção leiteira no Pico e tal como o Sr. Deputado aqui referiu, o Pico foi uma ilha que durante muitos e muitos anos não fez investimentos nas suas unidades industriais e que, em razão do desinvestimento ou ausência de investimento que o sector verificou no Pico, havia um grande desalento e uma grande desmotivação dos produtores e períodos longos de atraso nos pagamentos. Felizmente esse período foi ultrapassado, iniciou-se uma fase de investimento na ilha do Pico na sua unidade industrial, a Picolase, que resultou da associação da Lactopico com a Oliveira de Azeméis.

Entretanto, e por circunstâncias de mercado que o Sr. Deputado conhecerá certamente, houve um desinteresse de Oliveira de Azeméis no investimento do Pico e o Governo Regional, continuando a apoiar a estruturação do sector, apoiou novamente a Lactopico que tem vindo a desenvolver um meritório trabalho na reestruturação do sector e na revitalização da unidade industrial daquela ilha.

Sabemos que uma unidade industrial, e nos lacticínios em particular, necessita de verificação de uma de duas alternativas para a sua viabilidade e sustentabilidade: ou tem volume de negócios para sustentar o volume de custos fixos de exploração ou, não tendo volume de negócios suficiente, tem que reduzir os custos de exploração. Mas há limites para reduzir esses custos e, nessas circunstâncias, ou há diligências no sentido de aumentar o volume de negócios ou há alternativas do ponto de vista de se procurar produtos de maior valor acrescentado para valorizar as produções e assim poder criar sustentabilidade à unidade industrial.

A Lactopico está a desenvolver esse processo e está a fazê-lo com acuidade, com alguma certeza e com alguns resultados positivos e não pode – e naturalmente o Governo Regional e esta casa também não poderão dizer – dizer aos produtores do Pico que deverão produzir leite e apenas leite, que deverão abandonar a produção de carne ou fazê-lo inversamente. Pelo contrário, o que nós temos que fazer é criar um conjunto de incentivos acentuar e promover os incentivos existentes para que as produções agro-pecuárias cresçam na ilha do Pico, para que se continue a operar a reestruturação da estrutura fundiária do Pico e ela tem-se verificado.

Hoje a área média da exploração é muito maior do que aquela que era há um par de anos. O número de blocos por exploração também diminuiu significativamente nos últimos anos, o

número de explorações também diminuiu e a mecanização tem, como indicador importante para verificar a evolução da estrutura fundiária, registado crescimentos muito significativos. Também têm sido feitos grandes investimentos no ordenamento agrário na ilha do Pico, que prosseguirão.

Em todo o caso queria dizer-lhe que não é conflituante com os interesses do Pico e com os interesses da fábrica de lacticínios termos o desenvolvimento das explorações pecuárias de carne na ilha do Pico, pelo contrário. Elas têm-se desenvolvido também com alguma intensidade e, tal qual como aconteceu com a fábrica da Lactopico, nós também desenvolvemos no Pico um conjunto de investimentos para melhorar, modernizar e criar condições higio-sanitárias aconselháveis em todas as queijarias do queijo com denominação de origem do Pico.

Não está em causa nem foram criados nenhuns mecanismos para desincentivar produtores do segmento do leite ou do segmento da carne, pelo contrário, também não estão criados riscos de abandono duma produção em detrimento da outra.

Eu explico e dou-lhe a informação que, se calhar, não possuí:

Do total de pedidos de resgate, e estava a referir-se duma forma concreta ao resgate (estamos a falar apenas da ilha do Pico), foram apresentados a resgate 619.935 litros de leite. Para sua informação, nós temos na ilha do Pico pedidos de distribuição de quotas de 1.999.000 litros. Para a quota leiteira a distribuir pelos produtores de leite do Pico – e vai haver, possivelmente não vai haver é em toda a dimensão que os produtores leiteiros da ilha do Pico desejam, como os de todas as outras ilhas – o que nós verificamos é que vai haver menos produtores de leite e mais produção leiteira, o que significa que estamos a operar uma reestruturação efectiva do sector leiteiro na ilha do Pico. Não há, por isso, nenhum risco do resgate leiteiro que agora está a decorrer.

Por outro lado, o Sr. Deputado conhecerá a Portaria que estabeleceu o resgate leiteiro. Ela própria define como prioridade da redistribuição da quota intervencionada no resgate que a mesma seja distribuída na própria ilha onde é gerada e, portanto, não corremos o risco de haver diminuição do leite e da quota de produção disponível no Pico. O que haverá, sim, é um crescimento efectivo da quota disponível aos produtores de leite do Pico, embora a um menor número de produtores de leite.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Fico por aqui, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, estou inteiramente de acordo consigo no que diz respeito ao facto de esta ser uma temática importante para o Pico. É-o para todas as ilhas e, naturalmente, também o é para o Pico e por isso mesmo, como sugeri V. Exa., toda a estrutura governativa deve ter um acompanhamento próximo desta situação. É evidente que isso é rigorosamente verdade.

Nós, deputados socialistas do Pico, temos vindo a acompanhar esta situação com muita proximidade e com bastante intensidade. Temos vindo, junto do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, a acompanhar esta situação, não só em termos da evolução de quota, mas da evolução da própria indústria transformadora.

A indústria transformadora do Pico nesta área não é só a Lactopico, há outras queijarias. Para além do que é transformado pela Lactopico, temos ainda mais de um milhão de litros de leite que tem outro tipo de transformação para outro tipo de produto.

No entanto, percebendo que esta problemática é importante e que estamos num momento de viragem para o Pico, não somos tão pessimistas como o Sr. Deputado, desde logo porque o saldo entre os que pretendem sair e os que querem mais quota é de 1 milhão e 400 mil litros, ou seja, entre os 600 mil que querem sair e os 2 milhões que é o pedido de quota, há um saldo positivo de 1 milhão e 400 mil litros. Portanto, continua a haver procura, apesar de haver saídas para a produção de carne, o que é bom, até por questões de diversificação dos próprios mercados e até de alguma segurança. Isso acaba também por ser um sinal positivo e estamos bastante optimistas.

Quanto à viabilidade económica da Lactopico e aos 9 milhões que são necessários para a sua viabilidade, permita-me que lhe diga não penso que essas contas sejam contas muito actualizadas. Efectivamente essas contas estariam muito próximas da verdade há alguns anos, quando a Lactopico produzia apenas dois tipos de produto e tinha apenas um único cliente, o que era um enorme risco que corria. Hoje a Lactopico tem uma produção bastante mais diversificada, tem muitos mais produtos e está a criar mais produtos e novas marcas

com bastante mais valor acrescentado e com maior valorização. Por outro lado, também tem muitos mais clientes, o que reduz também muito os riscos de negócio para a Lactopico.

Portanto, nós estamos optimistas relativamente ao que se vai passar com a fileira do leite no Pico, porque continua a haver procura e apetência para a produção de leite.

Daquilo que nos é dado a perceber, a Lactopico em si, como maior unidade transformadora do Pico, continua a ter uma gestão absolutamente exemplar, fazendo os pagamentos certinhos, tal como se comprometeu com os seus associados e, desse ponto de vista, estamos atentos, mas tranquilos e optimistas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O problema que se levanta aqui hoje relativamente à ilha do Pico é um problema que não pode ser tratado de modo tão leve e de modo tão artificial como, quer o Governo, quer a bancada do PS, estão a tratá-lo.

Existe aqui um conjunto de situações que são contrárias àqueles que são os vossos argumentos. Desde logo o Pico vive uma turbulência relativamente a uma indefinição por onde há-de seguir e que caminhos há-de seguir, que deriva também da indefinição das políticas próprias de cada ilha.

Não estão identificados ao nível da ilha as potencialidades e os constrangimentos dessa mesma ilha. Desde logo, falta saber quanto é que custa para o agricultor produzir um litro de leite no Pico, porque o limite crítico que se está a assistir relativamente à ilha do Pico, assiste também à ilha do Corvo, em que a produção está sensivelmente a metade do ano passado e, portanto, o maior problema do Corvo neste momento é a sua produção de leite, é a sua economia. Isto acontece também em S. Jorge, no Faial e acontece num conjunto de ilhas que sofrem de despovoamento, de dupla insularidade. O Pico é a ilha que apresenta o segundo maior índice de envelhecimento dos Açores.

Portanto, nós estamos perante uma ilha em que há rejuvenescimento agrícola mas onde há abandono humano e o tecido está envelhecido.

Todos nós sabemos que os pedidos de quota são sempre pedidos irreais, são sempre muito acima daquilo que o agricultor precisa.

E mais:

Não há nenhum produtor de leite nesta Região que não saiba que as quotas vão acabar em 2015. Não há nenhum produtor de leite nesta Região que não saiba que pode produzir acima da sua quota e, portanto, não tem que esperar por aumentos de quota. Se a produção está a diminuir não há um saldo positivo, há, sim, um saldo analítico mas, na prática, esse saldo não existe, porque os produtores já podem produzir leite e não vão ser multados. É isto que está a acontecer.

Há de facto um abandono, há um desinteresse e esse artificialismo e o argumento do saldo analítico não correspondem à prática.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Isso é uma irresponsabilidade.

O Orador: Não é irresponsabilidade. A irresponsabilidade é vossa quando afirmam aos agricultores que podem produzir.

Aliás, se nós queremos ser sustentáveis e competitivos, perante aquilo que vai muito antes do horizonte de 2015, é preciso incentivar este tipo de produção.

Sem uma razão clara e evidente de sustentabilidade e competitividade para o Pico, que enquadre políticas muito próprias relativamente às suas produções, relativamente à migração do leite para a carne, não como tem acontecido ao longo dos tempos, mas políticas próprias para todas as ilhas, não é possível sustentar determinadas agriculturas em determinadas ilhas que têm funções fundamentais como seja a fixação de pessoas. Aliás, em todo o mundo o caminho natural é haver menos explorações mas mais produção por exploração.

A grande interrogação, tendo em conta a fixação de pessoas na agricultura, tendo em conta que só podem surgir nestas ilhas novos empreendimentos, novas economias, sem a agricultura estar bem, é saber se interessa reduzir o número de agricultores, porque menos agricultores e mais produção por agricultor cria uma fragilidade muito grande desta própria ilha. Esta é a grande reflexão.

Portanto, há aqui um conjunto de situações, em que é preciso reflectir, de desconhecimento relativamente aos custos de produção do leite, relativamente às potencialidades, às dificuldades do agricultor, ao ordenamento agrário e tudo isso que é preciso saber.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, eu não quis de forma alguma trazer aqui uma reposição histórica dos factos que levaram à construção da fábrica da Lactopico. Isso não nos interessa, quando muito interessa-nos para situar no tempo a evolução que o sector sofreu na ilha do Pico.

Eu queria que esta minha intervenção relevasse, acima de tudo, a situação crítica por que está a passar a fábrica da Lactopico neste momento.

Como vocês sabem ela está há 4 ou 5 anos a esta parte a trabalhar muito abaixo do seu limite crítico para a sustentação financeira da própria fábrica, que são os 9 milhões de litros de leite. Ela tem estado a trabalhar com cerca de 7 milhões de litros de leite há 2 ou 3 anos consecutivos e, inclusivamente, a produção tem tendência a vir a decrescer ano após ano.

Ao contrário do que o Sr. Secretário diz, que as explorações efectivamente diminuíram, o número de blocos de exploração também diminuiu, a produção que é recebida todos os anos pela Lactopico também tem diminuído e não aumentado. É essa diminuição, que se vem verificando gradual e consistentemente ano após ano, que torna muito difícil a vida da Lactopico e a manutenção daquela fábrica em funcionamento, porque o limite crítico para a própria viabilidade financeira daquela infra-estrutura, que foi uma infra-estrutura que mereceu apoios substanciais por parte das instâncias comunitárias e do próprio Governo Regional, pode vir a ver perigar a sua manutenção em laboração e, conseqüentemente, a dos associados que ali fazem entregas, para quem essa fábrica representa a viabilidade das suas próprias explorações. Eu queria que nos concentrássemos nesta questão do problema.

Eu não quis dizer também que o sector da carne era conflituante com o sector do leite. Aliás, eu disse ali na minha intervenção que o sector da carne é um importante sector para a viabilização da produção de carne para o Pico e é, se calhar, a via por que deve orientar-se a produção de carne na ilha do Pico.

Agora, não é também de ignorar o impacto que a transferência de explorações do sector do leite para o sector da carne veio trazer à produção que é entregue todos os anos na

Lactopico. Esse facto agravado pelo que pode significar uma substancial redução também das candidaturas que estão entregues no resgate leiteiro, pode ser a machadada final naquele sector.

Portanto, eu queria que o Governo não se esquecesse e não se distraísse da Lactopico, porque esta fábrica tem problemas.

Há questões que estão a funcionar muito bem, reconheço que os agricultores estão a receber a tempo e horas, que o sector já passou por instabilidades muito maiores do que está a passar neste momento mas, se as coisas não forem devidamente acompanhadas, o perigo do fecho daquela infra-estrutura é um perigo eminente e não é tão irreal como os senhores quiseram aqui demonstrar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de, em primeira linha, destacar a reflexão que o Deputado Jaime Jorge veio aqui trazer a esta Assembleia, em contraponto com o discurso turbulento do seu colega de bancada.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós estamos sempre a acompanhar o desenvolvimento das unidades industriais da Região e das explorações agrícolas. Temos desenvolvido um conjunto de iniciativas e de acções, sempre com um planeamento com as várias entidades envolvidas. Até mesmo na questão do resgate leiteiro que agora decorre, o assunto foi também abordado com a Lactopico, prevendo todas as consequências e o impacto que o resgate leiteiro pode causar nas várias ilhas e também no Pico. Foi estabelecido o princípio de que quota resgatada no Pico, como em qualquer outra ilha, não será distribuída noutra ilha que não na ilha onde foi resgatada, dando garantia de que se manterá o mínimo de quota de produção que neste momento lá existe.

Quando se diz que a Lactopico corre sérios riscos, eu gostaria de lembrar que ainda há muito tempo, no processo de tomada de posição no capital social da Picolase, a Lactopico teve a Região e o Governo a seu lado.

Gostaria também de lembrar que repudio de uma forma total e linear esta triste acusação de que olhamos de modo leve e artificial para as questões, porque estamos do lado dessas questões, da solução dos problemas e não estamos do lado da confusão e do ziguezague permanente. Quando, por exemplo, se desenvolve algum processo para a reestruturação do sector com reformas antecipadas, logo a seguir aparece algum requerimento, alguma intervenção, alguma conferência a dizer: “muitos agricultores abandonam o sector”. Se não aprovamos os pedidos de reforma antecipada, logo no outro dia aparece uma intervenção, um requerimento, uma conferência de imprensa a dizer: “O Governo não apoia o rejuvenescimento do sector”. Este ziguezague, Sr. Deputado, não andamos nele e repudiamo-lo.

Gostaria também de vos dizer que, dum modo geral e em todas as ilhas, os pedidos de quota leiteira são sempre muito superiores aos pedidos de resgate.

Relativamente à produção regional de leite, apesar de já terem sido feitos vários resgates, esta produção continuou a aumentar durante todos estes anos. Hoje temos na Região muito mais produção de leite do que tínhamos há 10 anos e incomparavelmente mais quota distribuída aos produtores, ou seja, mais rendimento aos produtores.

Gostaria também de dizer que o Governo não se orienta, nem quer orientar a economia. O Governo não dirige nem a economia, nem os empresários agrícolas nem as empresas agro-industriais. São os empresários, são as empresas que têm o domínio e a autonomia de gestão.

Finalmente, queria referir que, no que diz respeito a esta questão do ponto crítico da Lactopico, há várias formas de resolver as questões da dimensão crítica duma empresa e o Sr. Deputado Jaime Jorge sabe, porque já dirigiu a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, o esforço que fez, o talento a que teve de recorrer para poder viabilizar uma empresa com aquela dimensão.

Ora, nós sabemos que em todas as empresas ou há uma dinâmica de produção em escala ou, quando tal não é possível, tem de haver uma dinâmica de produção em produtos de maior valor acrescentado e é isso que a Lactopico está a fazer, também com o apoio e o incentivo do Governo Regional.

Portanto, nós acompanhamos a situação, sabemos que são situações sempre muito difíceis para o desempenho das administrações e da gestão dessas empresas, mas o governo tem

acompanhado e continuará a acompanhar toda essa problemática, dando todo o apoio que for necessário para a sua sustentabilidade. Isto é o que está garantido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, como o Sr. Secretário já referiu e bem, eu também me revejo na sua reflexão, no contexto e no tom em que a coloca. No entanto temos algumas perspectivas diferentes, o que é perfeitamente normal.

Evidentemente que o sector tem de ser acompanhado, mas a situação não é, do nosso ponto de vista, preocupante. O saldo é largamente positivo.

O Sr. Deputado reconhece que já houve momentos bastante piores no Pico, não só neste sector mas, podemos dizê-lo com toda a franqueza, neste e em todos os outros e, portanto, estamos optimistas e estamos a acompanhar a situação.

Contudo, e aqui estou em perfeita sintonia com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, a Lactopico, que tem vindo durante alguns anos a trabalhar de certa forma abaixo do tal ponto crítico a que se referiu, com o novo caminho que está a seguir a produção, com mais produtos, com produtos diferenciados de maior valor acrescentado e com mais clientes, não creio que esse ponto crítico se mantenha.

Também não creio que seja necessário o mesmo volume de leite que era necessário há alguns anos para rentabilizar hoje aquela indústria transformadora.

Penso que a forma como se está a seguir a política de diversificação de produtos e de clientes da empresa será largamente vantajosa e terá muito menos perigos, pelo que também por aí haverá alguns ganhos.

Sr. Deputado António Ventura, quanto às políticas próprias para cada ilha, é evidente que os governos socialistas, e isso ficou claro desde logo em 1996, não iriam, a partir do gabinete de nenhum secretário, planificar a economia de cada uma das nossas diferentes ilhas. As ilhas têm apetências diferentes e também têm produções diferentes e, desde logo, relativamente a este importante sector de actividade económica do Pico e da Região. Basta ver, naquilo que diz respeito, por exemplo, às quotas de vacas aleitantes, a percentagem do total regional a que o Pico tem direito, para ver a diferenciação na produção, a diferenciação

na política e a diferenciação na necessidade e nos apoios às necessidades que cada ilha tem. Por aí se percebe claramente a diferenciação.

É claro que é complicado perceber como é que o senhor pode afirmar que é perigoso reduzir o número de explorações e perguntar em simultâneo quanto é que custa produzir um litro de leite no Pico. Devo dizer-lhe que esta pergunta não tem nada a ver com uma coisa a que o senhor se referiu que é: “desconhecimento relativo”. Isto não tem nada a ver com isso. Neste caso é desconhecimento absoluto.

Sr. Deputado, quanto é que custa produzir um litro de leite numa exploração?

Evidentemente que é diferente o custo de um litro de leite numa exploração com 20 vacas e pastagens de meia encosta ou uma com 50 vacas e pastagens baixas.

Os agricultores sabem fazer essas contas e quando há aumento dos factores de produção eles são os primeiros a dizer: eu agora ganho menos x. Eles sabem fazer essas contas muito bem feitas.

Portanto, o custo do litro de leite varia de exploração para exploração, não só em função do número de animais, mas também das condições naturais onde esses animais pastam, onde esses animais são criados.

A sua pergunta não faz absolutamente nenhum sentido e o senhor, como indigitado secretário da agricultura do PSD, tem que se esforçar um bocadinho mais, porque senão vai começar a ficar mal na fotografia.

Para concluir, nós pensamos que o saldo dos últimos anos é largamente positivo, que a procura pela fileira do leite continua a ser muito positiva e que o sector tem pernas para andar no Pico e estamos optimistas relativamente a esta situação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu não posso concordar consigo quando o senhor afirma que as nossas duas intervenções, a minha e a do meu colega António Ventura, são contrastantes. Elas, no mínimo, complementam-se, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é normal.

O Orador: ... estão de certa forma em sintonia, quando muito podem decorrer de estilos de intervenções diferentes e o senhor tem de aceitar que as pessoas têm estilos e modelos de intervenção diferentes.

Sr. Secretário e Sr. Deputado Lizuarte:

O que é preocupante aqui, apesar de todas as vantagens e de toda a segurança que o sector atravessa, é a contínua descida da produção que é entregue todos os anos e essa contínua descida pode levar-nos, a curto prazo, a limites que nem a própria diversificação para produtos de valor mais acrescentado lhes valhas. A minha preocupação é essa e gostaria que ela ficasse aqui bem presente neste debate.

De qualquer forma, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, até porque a oportunidade resulta também desta nossa intervenção, por que razão o Pico não recebe o apoio que recebem as Ilhas de S. Miguel, Faial, Terceira e Graciosa, de um escudo por cada litro de produção como apoio à energia?

O Pico parece que é a única ilha que continua sem este apoio há anos a fio. Por que razão existe esta discriminação? É uma coisa que eu nunca vi suficientemente explicada e justificada neste plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas relativamente a esta matéria:

A primeira é para lhe dizer que estamos convictos de que a Lactopico e a sua administração conseguirão enfrentar sempre os desafios que são difíceis para unidades de produção com aquela dimensão, com aquela matéria prima para trabalhar e com a preocupação de sempre procurarem melhores produtos, produtos de maior valor acrescentado, como está a acontecer.

Queria dizer-lhe que as quebras de produção no Pico não são alarmantes e têm resultado em ajustamentos na produção que certamente a reestruturação do sector leiteiro, que está em curso e que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, ajudará a debelar. Aliás, é por haver no horizonte a perspectiva do desmantelamento do regime de quotas que a Região entende

dever fazer-se esse resgate, porque ele vem dar um impulso significativo na reestruturação das explorações leiteiras.

No que diz respeito à questão do apoio à energia, o Sr. Deputado deve ter lido uma resolução do Governo dos tempos anteriores. Se o senhor for ver as últimas resoluções do Governo relativamente à matéria, verificará quanto é que nos Açores as indústrias de lacticínios todas recebem relativamente aos apoios que o Governo dá à formação do preço do leite.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que não se pode continuar a tratar, quer seja o Pico, quer seja outra ilha, de forma igual aquilo que é desigual. Quando eu vi que era necessário fazer compreender quanto é que custa por dia um litro de leite, isso não tem só a ver com a maior altitude ou menor altitude, mas com outros condicionalismos, em particular os ambientais.

O grau de intervenção e de impacto que o ambiente tem na produção de leite ou na produção de carne tem a ver com a dupla insularidade, ao custo a que chegam os factores de produção a esta ilha.

É esse aspecto que é necessário saber, porque sem saber a caracterização socioeconómica das explorações e sem haver o devido acompanhamento técnico, não é possível estabelecerem-se políticas, porque as ilhas são desiguais.

Há uma característica comum que é a descida do preço do litro de leite, apesar do preço estar a subir, ou seja, há aqui uma contradição, porque há um estímulo à produção e a produção não reage. É preciso compreender o que é que se passa nos Açores relativamente a isto. Evidentemente que os factores de produção sobem, mas sobem de forma desigual nas ilhas, logo o grau de investimento é diferente, o rejuvenescimento agrícola é diferente e qualquer sector está futuramente comprometido se não tiver uma verdadeira percentagem substancial de jovens a substituir os que vão saindo.

Relativamente ao resgate, nós não estamos contra o resgate. O resgate é um meio estruturante de retirar os que são menos dinâmicos e colocar aqueles que são mais dinâmicos, são mais adaptáveis às situações, porque o que se trata hoje em dia é da adaptação do agricultor às novas políticas, às novas circunstâncias e à incerteza que isso cria

relativamente ao futuro. Não é possível planear em agricultura e hoje em dia só é possível fazê-lo se tivermos o conhecimento de um conjunto de factores externos que influenciam a produção de leite.

Isto tem de ser feito ilha a ilha. Enquanto isto não for feito e tratarmos de modo igual aquilo que é desigual, nunca teremos um grau de sustentabilidade e de competitividade. Numa ilha como o caso do Pico, que depende da ruralidade e em particular da ruralidade da sua produção maior que é o leite e a carne, dos conflitos e das migrações que geram, não é possível estabelecer políticas próprias e fixar as pessoas a esses territórios. É tão simples quanto isto. A filosofia e a lógica é esta e não tem sido seguida até agora. Vai ser seguida? Esperemos que sim. Não sei é que os senhores vão ter tempo para seguir isto.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu não me considero totalmente satisfeito com a resposta que o senhor me deu relativamente ao apoio à energia. Aliás, há cerca de algum tempo os deputados do PSD da ilha do Pico fizeram um requerimento à sua Secretaria relativamente a esta questão, procurando esclarecer esta dúvida e a resposta que obtivemos na altura também foi para nós satisfatória, a resposta dizia que era uma prática que já vinha de antigamente, mas se assim era, a prática estava mal e este Governo já teve tempo de a corrigir, e é bom que a corrija, porque o Pico merece um tratamento igual a todas as outras ilhas, bem como os agricultores e lavradores do Pico merecem igualdade de tratamento e não merecem ser discriminados.

Trata-se de um montante quase irrisório (um escudo por cada litro), mas não deixa de ser uma diferença e, portanto, os agricultores do Pico que ainda por cima têm condições de trabalho, se calhar, mais duras do que alguns agricultores de outras ilhas, que se calhar têm factores de produção mais caros do que alguns agricultores das outras ilhas, merecem, de facto, ser equiparados no custo da energia a todos os produtores de leite das outras ilhas.

Já vai sendo tempo de resolver esta questão de forma satisfatória para todos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à última intervenção do Sr. Deputado António Ventura, devia haver também da sua parte um estudo e acompanhamento dos processos, uma análise relativamente àquilo que são os diferentes regimes de apoio que existem ao rendimento dos produtores. Veja, por exemplo, no caso do prémio Posei/Vaca leiteira o que é que está previsto na majoração e a quem é que essa majoração beneficia. Esta é uma verdade e isso nunca vos passou pela cabeça.

No que diz respeito aos custos de produção, é evidente que entram em concurso várias situações diferentes que variam de ilha para ilha, variam de exploração para exploração, variam de situação para situação, até varia o próprio protagonismo do produtor, porque há explorações semelhantes que num caso conseguem ter estruturas de custos mais baixas do que outras, dependendo do trabalho, desempenho e desenvolvimento do produtor, da sua família, etc, etc.

No que diz respeito ao apoio às indústrias e à alegada ideia de que existe um apoio diferenciado, quero explicar ao Sr. Deputado Jaime Jorge que no tempo em que isso foi criado, ainda estávamos na primeira metade da década de 90, foi criado com intenção de apoiar as unidades industriais das ilhas, porventura mais difíceis de gerir, no entendimento de então, com a justificação de que nessas ilhas se tinha um custo suplementar de energia para a produção de produtos de menor valor, como era o caso da manteiga e do leite em pó, nessas unidades industriais que se localizavam em duas das nossas ilhas. Aí está a política diferente para cada uma das ilhas, sobre a qual os senhores da sua bancada estão a reclamar, que atribuiu às duas maiores ilhas dos Açores um prémio para a compensação de energia.

Como sabe o Sr. Deputado, isso foi reparado, porque nós não tratamos de forma desigual as nossas unidades industriais e a resolução agora atribui o prémio para todas as unidades industriais da Região Autónoma dos Açores.

O senhor leia a resolução do Conselho do Governo que sai todos os anos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

A questão da energia eléctrica já está esclarecida.

Sr. Deputado António Ventura, é evidente que o custo dos factores de produção varia de ilha para ilha e nós temos consciência e sabemos que em ilhas como o Pico, a quase totalidade das rações utilizadas, por exemplo, vem de S. Miguel e da Terceira. É óbvio que o custo dessas rações tem sido drasticamente reduzido, apesar dos custos dos factores de produção, no que diz respeito às acessibilidades, terem reduzido drasticamente nos últimos anos – e isso já foi aqui discutido várias vezes – porque o regulamento da cabotagem insular e a forma como foi negociado e tem vindo a ser gerido e o facto de haver também uma forte concorrência no sector, com vários operadores que tem levado a isso. Mas mesmo assim ainda existe e é evidente que o saco de ração chegado ao Pico, via S. Miguel ou Terceira, tem um custo acrescido no transporte que andarà à volta de um euro por saco.

Se na fileira da carne o peso deste sobrecusto é muito relativo, na fileira do leite já não é bem assim, tem um peso bastante grande. Obviamente que esta é uma matéria que deve ser ponderada e deve ser vista com algum cuidado, mas este diferencial de custos relativamente a S. Miguel e à Terceira é, em termos absolutos, infinitamente menor do que era há anos, e não me refiro aos anos de governo do PSD, por diversas razões que são conhecidas.

Quanto à caracterização socioeconómica das produções, evidentemente que isso deve existir, não só nas produções agrícolas, mas em qualquer actividade económica, em qualquer tipo de produção. Portanto, quem está no sector, seja ele qual for, deve ter consciência da condição em que está, da condição em que vive, em que explora, em que produz, mas isso é genérico, isso aplica-se a toda a actividade económica e não tem só a ver com este sector, mas com todos.

Quanto à outra questão de tratar de forma igual aquilo que é desigual, devo dizer, Sr. Deputado, que eu pessoalmente nunca o faço. Se reparar, eu estive muito mais à-vontade quando respondi ao Deputado Jaime Jorge, que é um simples deputado, do que quando respondi a V. Exa., na qualidade de membro do governo.

(Aplausos e risos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi apresentada na Bolsa de Turismo de Lisboa 2008 a nova campanha promocional do destino turístico Açores.

É sob o slogan “Ilhas de Natureza Mágica” que o executivo açoriano pretende continuar a aumentar a notoriedade e a excelência da Região junto do mercado nacional. Trata-se de uma campanha que aposta numa imagem totalmente renovada e muito dinâmica, que vai contribuir indubitavelmente para atrair mais fluxos turísticos aos Açores, o que se traduz em mais crescimento económico, mais emprego e mais riqueza para as nossas ilhas.

Esta é mais uma das acções de promoção turística que está a ser desenvolvida pela Região, de acordo com uma estratégia inovadora e uma política ambiciosa que foi definida para o turismo, tendo em conta, no domínio da promoção turística, as orientações definidas no Plano Estratégico Nacional para o Turismo.

Na celebração da vigésima edição da BTL, que decorreu na FIL – Parque das Nações, de 16 a 20 deste mês, a Região Autónoma dos Açores mereceu o estatuto de Destino Convidado, em conjunto com a Madeira.

A apresentação de dois destinos nacionais convidados em cada edição da BTL constitui uma inovação introduzida na organização deste evento, com o objectivo de dar seguimento à estratégia de reforço da promoção turística de Portugal, através do aumento da visibilidade e competitividade dos principais destinos nacionais. Este ano, e por essa razão, os Açores foram a região do país com maior área de exposição, dispondo de um stand muito apelativo e com uma localização privilegiada no recinto da feira, mesmo à entrada do Pavilhão 1.

É de salientar, ainda, que, pela primeira vez, a Região surgiu representada num espaço único, incorporando-se no mesmo stand, a par da representação institucional, a Associação dos Municípios de São Miguel (AMISM), a Associação dos Municípios do Triângulo, a par dos restantes municípios da Região e os vários expositores de associações empresariais e de operadores do sector turístico regional, de que constitui particular exemplo a SATA.

Marcando o arranque da actividade turística de cada ano, a BTL tornou-se num local privilegiado para a divulgação da oferta turística regional, uma vez que o mercado interno é prioritário para os Açores, pois representa actualmente 43% das dormidas na hotelaria.

Por isso, esta concentração dos expositores açorianos num mesmo espaço físico possibilitou marcar uma presença forte e coesa, que só valorizou e dignificou os esforços promocionais da Região. Desta forma, o destino teve uma exposição clara e lógica, facilitando ao *trade*, aos jornalistas e até aos potenciais visitantes a descoberta e a compreensão dos Açores.

Ao contrário do que muitos querem dar a entender em comentários falsos e imponderados a propósito da promoção turística regional, a estratégia de comunicação institucional deste destino turístico sempre assentou na promoção dos Açores como um todo, apostando na Marca Açores. É por isso que, para além de outros aspectos, a participação conjunta num stand único deve ser exaltada, pois reforça a ideia de que a Região é, na realidade, promovida como um todo.

No âmbito da participação como Destino Convidado, foi celebrado, no segundo dia de realização desta feira, o “Dia dos Açores”. Para assinalar este dia, foi promovido um ciclo de conferências temáticas, um almoço para apresentação da campanha e um Jantar de Gala no Casino Estoril, entre outras iniciativas. A presença açoriana foi igualmente marcada com a participação no pavilhão dos restaurantes, com uma ementa representativa de pratos regionais, que foi confeccionada pela Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores, utilizando produtos genuinamente açorianos.

No decurso deste certame, que já é considerado como a mais importante feira de turismo do país, foi ainda assinado o contrato com a empresa que vai elaborar o novo Plano Operacional de Marketing para os Açores, que vai orientar todo o sector turístico nos próximos anos, na área da promoção.

É ainda de destacar a apresentação na BTL da nova central de reservas on-line, desenvolvida pela Associação Regional de Turismo, no âmbito do Plano Estratégico de Animação Turística da Ilha Terceira. Esta plataforma irá permitir a reserva e venda de serviços e actividades de Animação Turística nos Quiosques de Informação Turística, directamente pelos operadores turísticos e pelos hotéis e agências de viagens actualmente na ilha Terceira e, em breve, em todos os Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Dezembro passado, foi lançada a nova campanha promocional do país, intitulada “Portugal, Costa Oeste da Europa”, que visa alterar a imagem de Portugal no exterior, posicionando-o como o país moderno, inovador e empreendedor que já é, na realidade.

Esta campanha também vai beneficiar os Açores e pretende ser uma alavanca na captação de investimento e na atracção de talento, propondo tornar o país mais competitivo e consolidando, ao mesmo tempo, a sua imagem de grande destino turístico e o seu cariz cultural.

No âmbito da diversificação dos mercados emissores, para além de melhorar e aprofundar a nossa promoção no exterior, tem sido dada uma atenção especial por parte do executivo regional à criação de novas ligações aéreas directas aos mercados que se pretende captar para os Açores.

Em 2007, foi iniciada a segunda rotação para o Reino Unido e para a Holanda e também se iniciaram as novas ligações para a Áustria e para a Irlanda. Mas, para 2008, além de se manterem estas ligações, vai haver novidades, pois irão efectuar-se mais duas novas ligações à Europa: Paris-Terceira e Milão-São Miguel. Assim se acrescentam à actual lista de ligações aéreas directas para os Açores mais dois importantes mercados-emissores da Europa do Sul – a França e a Itália –, que, pela sua dimensão, deixam antever que se possam estabelecer ligações de longo-prazo com estes mercados.

Paralelamente, a operação com o Reino Unido, que actualmente é sazonal, será alargada a todo o ano.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Paralelamente a este esforço de dinamização da procura turística e de diversificação de mercados emissores, o Governo Regional continua a apoiar a qualificação da oferta em novos produtos turísticos, nomeadamente o turismo náutico, o turismo de negócios, o golfe e a saúde e bem-estar.

Os avultados investimentos em infra-estruturas ligadas ao turismo de cruzeiros e à náutica de recreio, que compreendem o projecto “Portas do Mar”, que está quase concluído, bem como diversas marinas e núcleos de recreio náutico, constituem alguns dos exemplos da forte aposta na vertente do mar.

No que toca aos outros domínios, e só para referir as novidades mais recentes, já neste mês de Janeiro o Governo Regional anunciou um investimento de 4,5 milhões de euros na recuperação de duas zonas termais, com o objectivo de reforçar a oferta turística deste segmento nas ilhas de São Miguel e Graciosa, designadamente as termas da Ferraria e as termas do Carapacho.

No caso da Graciosa, há ainda a acrescentar a este investimento a construção do primeiro hotel da ilha, no valor de sete milhões de euros, o que perfaz um importante investimento global na requalificação da respectiva oferta turística e hoteleira.

Nas Flores está a ser construída uma nova unidade hoteleira de quatro estrelas, num investimento que ronda os cinco milhões de euros, englobando um centro de interpretação ambiental.

Também é de referir que, neste mês, teve início a construção do Espaço Pêro de Teive, na zona da Calheta, em Ponta Delgada, um amplo e inovador centro comercial e lúdico, que se constitui como uma mais-valia para a cidade, em termos de qualificação da oferta turística. Com esta obra a decorrer, a par da construção do Hotel Casino Príncipe do Mónaco, a ASTA-Atlântida deu início à última das “obrigações” que lhe foi cometida no âmbito do processo de concessão de exploração do jogo em São Miguel e Terceira, que compreende ainda a reabilitação das termas das Furnas.

A todo este investimento público acrescentem, ainda, os apoios atribuídos através dos sistemas de incentivos ao investimento privado na Região.

Com a entrada em vigor do quadro legal do SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho), que apresenta um âmbito de aplicação muito diversificado e sem qualquer paralelismo com os anteriores sistemas de incentivos, está-se a assistir a um grande dinamismo na apresentação de intenções de investimento privado na área do turismo, o que é um bom indicador da confiança dos agentes económicos.

No próximo futuro, o aumento do número de campos de golfe nos Açores e a construção de hotéis de luxo vão ser as principais novidades no mercado turístico da Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No contexto da evolução recente do turismo, é possível afirmar com verdade que a actividade turística tem vindo a consolidar a sua importância estratégica na economia regional, à semelhança do que tem acontecido no resto do país.

Depois de um período de forte crescimento da procura e da oferta de alojamento turístico, entre 2001 e 2005, os anos de 2006 e 2007 foram caracterizados pela consolidação do sector.

De acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores, nos últimos dois anos a procura estabilizou, o que não é alheio ao facto de não haver significativos acréscimos na capacidade hoteleira, que se encontra saturada na época alta. No entanto, é de salientar que os indicadores da actividade turística têm mantido um comportamento positivo, sendo de destacar o contínuo crescimento das receitas do sector sempre a taxas superiores às do crescimento dos fluxos turísticos. Isto significa que há ganhos no sector.

Não devemos menosprezar o inegável contributo positivo que a actividade turística tem tido para a criação de riqueza na Região tecendo críticas fúteis e alarmismos insustentados ao comportamento momentâneo de alguns indicadores. É preciso fazer análises com prudência, pois as oscilações de curto-prazo não indicam necessariamente uma tendência consistente.

O turismo é uma aposta estratégica acertada deste Governo que merece ser continuada.

Potenciando as nossas valências em termos culturais, patrimoniais e ambientais, através do turismo, estamos a contribuir inegavelmente para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região, para o reforço da coesão económica, social e territorial das nossas ilhas e para o processo de convergência real da nossa economia. Para que haja sempre mais Açores!

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para uma pequena intervenção, complementando tudo o que foi dito pela Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Desde 1997 que a Região Autónoma dos Açores tem vindo a apresentar resultados positivos no que diz respeito a dormidas, no que diz respeito a receitas totais, num crescimento constante, ano após ano. Há anos em que crescem muito mais, outros em que crescem

menos, mas não é fácil encontrar um destino turístico no País que tenha tido um comportamento sequencial tão positivo.

É evidente que crescemos muito em termos de camas. Mesmo comparando com a Madeira, nós crescemos mais em termos proporcionais, não em termos quantitativos. E conseguimos esse feito, que foi durante todos estes anos, desde 1997 até 2007, termos a garantia de que há sempre crescimento em termos de dormidas. Há anos mais positivos, há outros menos positivos, mas é preciso ter em atenção a fase em que nós estamos.

A partir de 2005 o número de camas aumentou de forma muito reduzida, havendo agora um período de consolidação da oferta. Neste momento estão em construção cerca de 750 camas. Muito em breve, ainda neste ano de 2008, vão surgir o Hotel Casino, no final do ano, com mais 200 camas, o Hotel SPA das Termas, nas Furnas, o Hotel Terra Mar na Terceira, o Hotel da Graciosa e o Hotel das Flores.

Assim, há um conjunto de novas unidades que vão surgir em S. Miguel, na Terceira, nas Flores e na Graciosa, com cerca de 8 ou 9% da nossa capacidade hoteleira que vão permitir mais crescimento.

É evidente que há ilhas que têm uma taxa de ocupação já elevada, como é o caso de S. Miguel, com uma taxa de ocupação que ronda os 48%, superior a todas as regiões do País, com exceção da Madeira, acima de Lisboa e Algarve.

Há outras ilhas que ainda não têm essa taxa de ocupação, mas que agora também começam a crescer. É o caso da Terceira, cuja taxa de ocupação subiu significativamente o ano passado, subindo cerca de 14,2% em termos de dormidas.

Santa Maria foi a ilha que mais cresceu o ano passado com 16,7%.

Portanto, o que eu prevejo para este ano é a consolidação destes crescimentos nestas duas ilhas, principalmente na Terceira, provavelmente com uma nova ligação, que agora passará a ser anual, embora haja um período mais denso que é o período de Julho, Agosto e Setembro e depois passará a quinzenal, mas que se manterá durante todo o ano. Se isso acontecer a Terceira dará mais um salto.

Para além, disso gostaria que dizer que a TUI, este ano, vai fazer voos para a Terceira com um avião de maior capacidade e, portanto, é provável que a Terceira não só mantenha os fluxos turísticos que obteve no mercado holandês, como também venha a ganhar outros fluxos no mercado francês extremamente importante.

Basta só dizer que na Madeira, que tem uma dimensão muito superior à nossa, tem quatro vezes mais camas do que nós temos, a França ocupa o quarto lugar, surgindo em primeiro lugar na Madeira o Reino Unido, a seguir a Alemanha, ambos à volta de 1 milhão e 400 mil dormidas e o mercado continental apenas com 800 mil dormidas.

Mesmo em termos proporcionais a Região Autónoma dos Açores consegue captar por cama o dobro de dormidas nacionais do que acontece na Madeira, ou seja, a nossa penetração no mercado nacional é grande e por isso o grande esforço que nós fizemos na BTL e o esforço enorme que vamos continuar a fazer na promoção da Região Autónoma dos Açores, agora sob a égide das Ilhas da Natureza Mágica, nos diversos canais de televisão generalistas a nível nacional e nos diversos *outdoors* em diversas capitais de distrito, de forma a promover ainda mais os Açores.

Trata-se de um ano em que precisamos de vencer. Há mercados emissores que estão bem, outros não estão tão bem, mas nós temos que continuar a batalhar para que o desenvolvimento do turismo se faça nos Açores de uma forma sustentada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Ana Isabel Moniz proferiu uma intervenção, obviamente com algum interesse, embora com todo o respeito lhe diga que por ser um relatório muito centrado nos aspectos logísticos da organização duma feira de turismo, designadamente da BTL, terá perdido alguma relevância, em virtude da crescente mediatização dessa mesma feira nos Açores. Na verdade, a BTL hoje, entra-nos pela casa dentro, e isso é porventura mérito – e já vamos ver se sim, se não – por parte do Governo Regional, mas de facto faz perder algum interesse a este tipo de intervenções, enfim pouco críticas e mais descritivas, muito centradas nos aspectos logísticos da feira.

Em todo o caso, permito-me uma referência a um aspecto que reputo positivo, e que tem a ver com o facto da presença promocional dos Açores estar agora mais bem organizada, tanto quanto parece, designadamente promovendo a concentração, num único espaço, físico e promocional, de todos os agentes turísticos regionais. Isso é positivo, mas corresponde aliás, à assunção da obrigação de coordenação que impende sobre o Governo Regional, porque a

Direcção Regional de Turismo, como sabe, tem essa função específica e o Governo Regional tem até, por lei, em matéria de promoção institucional e de representação da Região no exterior – embora aqui se trate do País, mas é apenas uma feira de turismo, há muitas outras no estrangeiro – a obrigação estrita de promover a coordenação da participação das várias entidades e agentes turísticos no sentido de potenciar a unidade da política promocional e a eficácia da transmissão da mensagem promocional.

Portanto, não é indiferente nem é uma opção, porque o Governo Regional não pode demitir-se dessa obrigação.

Os Municípios, as Associações Profissionais, Empresariais e Regionais do Turismo Açoriano têm obviamente a possibilidade e o direito de participar nesses eventos, mas devem sempre coordenar e concertar as suas presenças, as suas mensagens e as suas estratégias com o objectivo promocional e a política comunicacional, em termos institucionais, da Região, através da coordenação do Governo Regional.

Isso era uma falta ou uma disfunção que se observava nos últimos anos, tendo sido, aliás, a presença dos Açores severamente criticada nos últimos anos, até no meio turístico regional, em virtude desse facto. Isto não é, obviamente, uma crítica à presença de outras entidades, embora pessoalmente deva dizer, e assumir a título pessoal, que tenho as maiores dúvidas e reservas sobre o retorno deste investimento promocional por parte dos municípios com o volume em que ele se está a verificar. Não me parece, com toda a sinceridade, um investimento muito criterioso. Acho que, com vantagens, os municípios deveriam investir mais e mais diversificadamente, em termos promocionais, no mercado interno junto de segmentos de procura mais específicos e nos mercados étnicos. Aí sim, a realidade “concelho” é percepcionável como destino turístico, o que não sucede, por regra, num mercado como o nacional (fora de segmentos especiais de procura) e não sucede, de todo (mesmo que gostássemos que não fosse assim), nos mercados estrangeiros.

Ora esta prática tem os seus perigos, porque se a moda pega, um dia destes temos presenças destas entidades e deste tipo no World Travel Market em Londres, na ITB em Berlim ou na FITUR em Madrid e aí será um desperdício absoluto de dinheiros públicos e verificar-se-á uma completa incoerência da política e mensagens promocionais construída a nível dos Açores, por referência ao destino Açores.

É muito importante a participação, designadamente dos concelhos, em termos da informação turística. É menos importante em termos de promoção turística em sentido estrito e a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz sabe bem a que é que eu me refiro.

A verdade é que se a França se promove, desde sempre, com a imagem da Torre Eillfel, o Egipto com as Pirâmides e Cuba com o charuto, nós não podemos ter a pretensão de vender promocionalmente os Açores com efectividade, ou seja, criando uma verdadeira imagem de marca e um *leit motiv* facilmente apreensível captando, de facto, a atenção do potencial turista, com mensagens pulverizadas e dispersas, muitas vezes concorrenciais entre si. Há esse risco apenas e não deve ser ignorado.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voltarei a intervir, se me for dada oportunidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(* Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Alberto Pereira, claro que uma intervenção sobre a BTL tem interesse na medida em que há novidades a destacar. Foi apresentada nova campanha promocional do destino Açores.

Como sabe, o Governo Regional tem sido muito dinâmico na preparação de novas campanhas. Eu digo isto, porque nós estamos a renovar as nossas campanhas de promoção turística praticamente de dois em dois anos. A última campanha teve duração, a penúltima também e, portanto, tem sido feito um grande esforço no sentido de renovar a imagem de modo a aumentar a notoriedade e a excelência do destino, apostando sempre em novas campanhas e novos materiais promocionais, naturalmente dentro da restrição orçamental que nos cabe.

Como sabe, este ano houve um reforço importante de verbas, quer a nível do plano regional, quer a nível do Governo da República que transferiu uma verba para, a par da Associação de Turismo dos Açores, fazer investimentos em promoção turística e, portanto, isto também denota aqui um forte empenho do executivo em aumentar o investimento na promoção turística regional.

Esta aposta vai também de encontro à pretensão dos empresários que estão manifestamente a criticar mesmo quando as campanhas são boas, há excelentes resultados e eles próprios afirmam, como foi por exemplo o caso do apoio da telenovela “Ilha dos Amores” em que vários empresários manifestaram publicamente o seu apreço por esta campanha, saudaram os seus resultados e acharam que foi dinheiro bem gasto até ao último cêntimo.

Portanto, mesmo nestes casos eles acham sempre que é pouco todo o esforço que se faz, embora ano após ano se venha incentivando e investindo cada vez mais em novos materiais e novas campanhas promocionais.

Relativamente aos aspectos logísticos, claro que o mérito está nesta união dum *stand* único, agora não percebi muito bem a sua posição, porque, por um lado, louva a presença em conjunto e, por outro, acha que as autarquias, os municípios também têm que fazer alguma coisa para promover esses conceitos. Não sei bem qual é a sua disposição. Acho que não quer ofender ninguém, mas ao mesmo tempo não sei se concorda ou não com esta presença única.

Acho que é louvável, não podemos de modo algum desperdiçar recursos, mas quem tomou a iniciativa, como sabe, de apresentar o *stand* isoladamente não foi o Governo Regional, porque nós sempre tivemos a nossa presença institucional, foram as autarquias que começaram – ou sozinhas, ou em associações, como é o caso da Associação dos Municípios do Triângulo e da Associação de Municípios de S. Miguel – por sua iniciativa a aparecer com *stands* diferenciados. Não foi o Governo Regional que incentivou isso nem, de maneira nenhuma, que levou a essa questão. Foram eles que tomaram essa iniciativa e depois, com tanta crítica que ouviram, acabaram por perceber que era melhor estarem todos juntos num *stand* único. Isto é louvável e suponho que será para continuar neste aspecto da presença num espaço único.

Para já, era apenas isto que tinha para dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Enfim, eu pretendia fazer vários comentários, mas há pouco excedi-me porventura a falar de um aspecto particular, a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz voltou à carga nesse âmbito e eu

não posso mantê-la nessa dúvida que afirma ter quanto ao sentido da minha intervenção e vou, por isso, insistir mas de forma muito sintética. Até porque estou convencido de que percebeu, apenas quer agradar a gregos e troianos e pensa que eu padeço do mesmo problema. Está enganada. Eu fiz uma reflexão crítica e se há coisa que não receio é de emitir opiniões pessoais quando correspondem a convicções e opiniões consolidadas. Mesmo que elas às vezes não sejam particularmente populares nesse domínio e não possam agradar a todos.

Eu apenas quis dizer, em síntese, que é preciso haver critério no investimento promocional, mais nada. Obviamente que cada entidade fará a sua avaliação quanto ao custo/benefício dessa participação. Eu tenho, pessoalmente, sérias dúvidas quanto à produtividade desse tipo de investimento em alguns aspectos e julgo que a maior parte deles não terá retorno algum. E enfatizei também, o facto de ao Governo Regional competir uma função de coordenação, para garantir a eficiência e eficácia da mensagem promocional, algo que agora parece estar a fazer. Relativamente à participação das outras entidades, sem ser contra isso, apenas recomendo, de facto, critério e alguma ponderação e, do meu ponto de vista, os mercados étnicos e o mercado interno são, obviamente, os investimentos preferenciais nessa área. A par de um maior investimento na área da informação turística, vector muito deficitário.

Quanto ao resto, à participação dos Açores na Bolsa de Turismo de Lisboa, não tenho dúvidas quanto à competência e à qualidade dessa participação, que aliás sempre aconteceu desde a sua primeira edição, já lá vão quase 20 anos. Agora, convém relativizar. A Bolsa de Turismo de Lisboa, sendo importante, é um certame nacional ainda com fraco grau de internacionalização, embora tenda para isso, e que não é portanto comparável a outros, como a FITUR, como a ITB, como o World Travel Market, designadamente. E portanto, basicamente, a presença institucional da Região dirige-se aqui à promoção relativamente ao mercado nacional.

Agora, há aqui um fenómeno interessante: neste momento, distinguem-se claramente duas vertentes, ou objectivos, na presença institucional da Região na BTL. Uma vertente que a vê como o espaço de negócios que é conduz a uma promoção dirigida ao mercado o que me parece razoável, perdão, absolutamente necessária, pois corresponde à procura da captação de mais e melhores movimentos turísticos a partir do mercado nacional, que é um mercado,

obviamente, de intervenção prioritária. Mas, entretanto surgiu uma outra vertente, verdadeiramente nova, que é uma vertente direccionada para a construção e transmissão de mensagens para o interior, para os Açores. Ou seja, parece que aquele *slogan* de campanha do ICEP «Vá para fora cá dentro», foi levado pelo Governo Regional muito à letra, e agora resolve ir a Lisboa também para falar aos açorianos, na altura da BTL, beneficiando da ambiência e espectacularidade do evento.

Enfim, não vem mal ao mundo por isso mas, na verdade, esse não é o objectivo da presença na BTL, e portanto não me parece particularmente relevante nem feliz ir à Bolsa de Turismo de Lisboa ou seja, no âmbito de uma acção de promoção do mercado interno, falar dos mercados estrangeiros e das operações projectadas numa lógica de publicidade política. Se se pretende transmitir também uma mensagem para o interior, seria mais importante que essa mensagem se direccionasse para aspectos vitais e valorizadores, também aos olhos do mercado, do turismo dos Açores, e designadamente sobre o turismo interno na Região que, essa sim, é uma mensagem importante a dar para o interior, aos açorianos. Sobre as acções de planeamento, com forte incidência no conceito de crescimento sustentado e temáticas ambientais.

E aproveito, a propósito, para fazer uma referência telegráfica ao Plano de Ordenamento Turístico, que ainda não foi trazido a esta Assembleia, e que não tem sido, do meu ponto de vista, como tenho dito, objecto da discussão pública exigível. Eu falo de discussão pública a sério, não do requisito formal para a sua aprovação. Falo de uma reflexão organizada, eficaz e o mais profusa possível na sociedade açoriana. Falo da necessidade de reflectir a questão da dignificação das profissões turísticas. E falo da necessidade de olhar a oferta e continuar a ver, ainda o desajustamento entre a oferta e a procura, e as dificuldades em que se encontra muita da oferta hoteleira na região, com alguns hotéis a tender para o funcionamento sazonal, o que constitui factor de preocupação.

Bom, quanto ao resto, à questão da estratégia promocional, em termos gerais não tenho nenhuma objecção, pois nunca escondi que a promoção da marca Açores é, para mim, a solução adequada em termos da promoção institucional.

Agora Sra. Deputada, há coisas que têm de ser explicadas e não é por mim, é pelo Governo Regional. Por exemplo, quando nós vemos, num Plano e Orçamento, verbas discriminadas em matéria de promoção ilha a ilha, parece que “não joga a bota com a perdigota”, e eu

nunca ouvi uma explicação plausível e consistente relativamente a essa matéria. Essas, para mim, são verbas que deviam, naturalmente, estar no não desagregado, porque por definição, a promoção institucional é muito dificilmente, se não virtualmente impossível, desagregável por cada ilha. E portanto parece-me mais, enfim, uma estratégia de *marketing* político, para tentar vender melhor os Planos ilha a ilha, mas a verdade é essa, não é por estar lá uma verba para a ilha A, B ou C, que isto tem repercussões depois nos fluxos turísticos reais. Não é, de todo e não bate certo fazer a defesa da marca Açores e depois pulverizar artificialmente e “a olho” as verbas por cada uma das ilhas.

A finalizar, queria apenas dizer que registamos, obviamente, como positiva a presença dos Açores na Bolsa de Turismo de Lisboa, como um espaço privilegiado para a promoção institucional no mercado nacional, que é um mercado prioritário e como tal está agora a ser encarado pelo Governo Regional tal como sempre defendido pelo PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Sra. Deputada Fernanda Mendes.)

(*) Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Alberto Pereira, relativamente, enfim, à questão do planeamento, como disse, o Plano Regional de Ordenamento Turístico, que não tinha sido devidamente reflectido e debatido publicamente. Eu penso que todos nós sabemos, e já foi falado aqui, que houve um período de reflexão pública, inclusivamente o Plano esteve na Internet, disponível para quem quisesse consultar e dar os seus contributos. Se foram muitos ou foram poucos, sempre podemos discutir isso. O que é certo é que houve esse espaço de debate, foram feitas reflexões e apresentações em várias ilhas, o Sr. Deputado Regional esteve, por diversas ocasiões, na altura de apresentação do Plano, em sessões de esclarecimento, com a Sra. Directora Regional do Turismo, acho que toda a gente sabe isso. Penso que o debate foi feito, e depois o Plano virá aqui, para aprovação na Assembleia Legislativa, não é?

Quanto à questão da desagregação espacial das verbas, o PSD, que eu saiba, sempre exigiu aqui, ainda ontem se ouviu falar na aprovação da Conta da Região em questões dessas, não é? Não se falou aqui na desagregação espacial de verbas, que não interessava afectar? Então, quando está agregado diz que está agregado, se está desagregado não se percebe porquê, mas eu vou-lhe já dar alguns exemplos, com base aqui no Plano para 2008...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Eu não referi isso. Disse que há verbas, por natureza, não desagregáveis.

A Oradora: Sr. Deputado, dou-lhe alguns exemplos com base até no Plano para 2008 porque, como sabe, aqui no Plano para 2008 aparecem essas verbas desagregadas por ilha, e uma das intenções será fazer a sinalização turística nas várias ilhas, a promoção de materiais promocionais nas várias ilhas ao abrigo do que está estipulado no Plano Regional de Ordenamento Turístico. Portanto, estas verbas estão discriminadas com razão, há motivos para isso, e o esforço foi feito exactamente no sentido de se contemplar, enfim, os investimentos necessários e prioritários na área da promoção.

Falou também em dificuldades aqui nos Açores nalguns estabelecimentos hoteleiros e a questão de dignificar a formação profissional. Efectivamente nós não temos ainda uma tradição turística que nos permita dizer que já temos todas as condições para, enfim, trabalhar da melhor forma no sector. Estamos a fazer investimentos progressivos.

Falou-se aqui nos novos produtos turísticos, no golfe, no turismo náutico, no turismo de saúde e bem-estar. Há importantes investimentos que estão em curso, e que vão dar corpo a estes novos produtos, e necessariamente vai ser preciso aparecerem aqui profissionais com formação nessas áreas, nomeadamente profissionais na área do golfe, para termos, enfim, o devido acompanhamento dos jogadores em campo, profissionais na área da saúde e bem-estar. São áreas, são valências, que até agora não têm sido exploradas na Região e, portanto, ao aparecerem estes novos produtos, necessariamente vamos ter de investir ainda muito na formação de profissionais para esses sectores.

Inclusivamente ao nível da gestão, do *marketing*, da inovação, também se vê que as nossas empresas, por serem criadas recentemente, por ainda não terem um grande histórico, têm algumas dificuldades em termos destas capacidades. Por outro lado há um ponto forte, que é o facto de termos uma oferta bastante diversificada, e também de qualidade e com infra-estruturas de acesso, portanto, boas acessibilidades de um modo geral, a essa parte hoteleira.

Presidente: Sra. Deputada, agradeça que concluisse.

A Oradora: Só para concluir, é para dizer que efectivamente não está tudo feito e temos de continuar a investir nesta qualificação dos novos produtos, aumentando a oferta com novas actividades turísticas, novas actividades de animação, investindo mais na sinalização, na informação turística e, sem dúvida, na formação profissional.

Obrigada.

Presidente: Parece não haver mais inscrições então, para uma intervenção, chamo o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Lavoura de São Jorge está a passar por um dos períodos mais difíceis das últimas décadas.

Os Agricultores começam a perceber que estão cada vez menos presentes neste Governo. Menos lembrados nas suas preocupações e menos apoiados no sector. Já se sentem muito longe das decisões que lhes dizem respeito.

Actualmente, chegam mesmo ao ponto de aconselhar os seus filhos a não seguirem esta actividade.

Não será este sinal uma grave ameaça ao futuro do sector?

Mas esta situação resulta de várias circunstâncias que impedem o agricultor de fazer o que qualquer actividade económica precisa, ou seja, o devido planeamento.

Com efeito, devido às constantes incertezas e instabilidades do sector, o agricultor não consegue programar a sua vida com a segurança desejada e necessária.

Existe um conjunto de factores que fogem ao seu controle, e que têm vindo a alterar, sem aviso, todo esse planeamento, ao ponto dos agricultores se sentirem confusos e, conseqüentemente, muito preocupados.

A crescente e permanente inflação dos factores de produção, como nos adubos e nas rações, os atrasos dos apoios financeiros em relação às datas anunciadas pelo Governo, o preço de litro de leite que sobe muito menos em relação às outras ilhas ou ao continente, têm sido determinantes para justificar o insucesso dos resultados e a desmotivação que se sente no sector agrícola.

Veja-se o triste exemplo dos apoios financeiros que foram anunciados para Dezembro e só começaram a ser pagos em Janeiro. Até neste assunto – da maior importância para cada lavrador – o Governo falhou no seu compromisso.

Eram muitos os lavradores tinham compromissos financeiros para o final do ano, designadamente pagamento de rendas, pagamento de factores de produção, empréstimos bancários, entre outros que podíamos referir.

Foi um inesperado contratempo que, lamentavelmente, começa a ser habitual com este governo.

E aqueles que nem em Janeiro receberam esses apoios, apesar dos dinheiros estarem em Portugal desde os primeiros dias de Dezembro do ano passado? Como se explica isto a um lavrador?

E as consequências fiscais de tudo isto, para cada um deles?

E quais os critérios que levaram uns a receber, outros a aguardar para uma data que se desconhece.

Alguém percebe toda esta confusão?

Afinal, porque razão o responsável pelo sector nem se dignou a informar atempadamente os Agricultores açorianos do que estava a acontecer?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Nenhum lavrador jorgense consegue compreender a razão desta indiferença do Governo em relação à agricultura.

Existe uma indignação generalizada que já não se resolve com elaborados discursos, proferidos em jantares organizados para mudar a imagem política dos responsáveis governamentais, como tem sido prática deste governo.

A verdade é que a Lavoura está, para a ilha de São Jorge, como o mar para os Açores. Mas os senhores, durante os doze anos que governaram os Açores, nunca chegaram a perceber esta relação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade também é que, sempre que há uma crise na Lavoura, toda a sociedade jorgense se ressentente.

A desconsideração que existe, por parte do Governo, pela Lavoura, tem vindo a atrofiar todos os outros sectores que, de uma forma ou de outra, dependem, e muito, desta área.

Os lavradores estão desanimados com a política ilusória e ziguezagueada deste Governo. A Lavoura de São Jorge, como muitas vezes dissemos nesta Assembleia, merece outro tratamento. Merece outra consideração.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os lavradores chegaram a acreditar nos Governos presididos por Carlos César. Alguns anos depois começaram a desconfiar deles. Neste momento, devido à desmotivação que sentem, já não têm esperança no Governo. Defendem sim uma “Vida Nova”.

Não restam dúvidas que a Região precisa de uma mudança de políticas, mais virada para as pessoas, como dizia ontem o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. É essencial atribuir à lavoura a importância que, de facto, esta tem para os Açores.

Mas, para vos exemplificar a ineficácia desta política a que temos assistido, podia reler-vos uma intervenção que proferi nesta Assembleia em 2001.

Mas não o vou fazer, para não me tornar repetitivo.

Abordava, como tantas vezes já o fiz nesta Assembleia, o atraso estrutural da lavoura jorgense.

Referia, na altura:

“São Jorge precisa urgentemente de uma aposta clara da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, na pavimentação dos caminhos existentes, com betume asfáltico, uma vez que se verificam resultados muito negativos ao nível da sua manutenção e, por isso mesmo, os lavradores estão a ser bastante penalizados com dispendiosos desgastes nos seus equipamentos agrícolas.”

Salientava também a dificuldade dos trabalhos de manutenção, que exigem um esforço incomportável por parte das autarquias, como é reconhecido.

Sugeria ainda que o Governo desse prioridade, por exemplo no Concelho da Calheta, à asfaltagem de caminhos agrícolas da Bacia Leiteira da Zona do Topo e da ligação Biscoitos/Estrada dos Nortes.

Passaram-se entretanto sete anos desta minha intervenção, senhores membros do Governo, e os caminhos continuam por pavimentar e incrivelmente degradados.

Mas, mais grave ainda. Estas reivindicações não foram iniciadas em 2001, mas sim há doze anos atrás.

Em três mandatos (repito: em doze anos de governação) estes governos andaram, em São Jorge, a passo de caracol.

Não responderam sequer aos problemas das infraestruturas prioritárias da Lavoura, numa terra cuja actividade económica depende essencialmente delas.

Para concluir, resta-me recordar as grandes reivindicações para a agricultura que foram feitas nesta Assembleia há doze anos, são exactamente as mesmas de hoje.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): O senhor até se engasga!

O Orador: Às vezes. Mas o senhor engasga-se mais vezes do que eu.

É a isto que o Governo de Carlos César chama progresso.

É também isto que faz a lavoura esmorecer.

Mas, da responsabilidade de toda esta situação, não se livram também os senhores Deputados do Partido Socialista que, inexplicavelmente, vêm sempre tentar defender as políticas que estão sendo implementadas – e mesmo aquelas que não o são – em vez de trazerem a esta casa o verdadeiro sentimento dos agricultores, que também os elegeram.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ninguém esperava essa postura.

Tamanhas consequências vai trazer à nossa terra toda esta ineficácia e passividade.

Vamos ter paciência, senhores lavradores.

Faltam apenas nove meses para podermos alterar este estado de coisas.

(Risos das bancadas do PS)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, o Sr. Deputado Rogério Veiros, o Sr. Deputado Mark Marques, o Sr. Deputado António Ventura, o Sr. Deputado Manuel da Silveira, o Sr. Deputado Luís Paulo Alves e o Sr. Deputado Henrique Ventura.

Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nós temos assistido nos últimos tempos, e os meses que faltam até às eleições regionais serão muito intensos nesta matéria, a várias declarações públicas a afirmarem convicções sobre a agricultura, a fazerem promessas de coisas que já estão feitas, a reclamarem mais investimento, do investimento que está sendo executado, e a demonstrarem, na base e no fundo, que é uma grande ignorância, perfeito desconhecimento, do sector agrícola e do que se tem feito nos últimos anos neste sector na nossa Região.

No caso concreto de São Jorge, e porque a intervenção aqui produzida nos traz sempre, obrigatoriamente, à memória o que era São Jorge há uma dezena de anos, com uma estrutura cooperativa falida, com uma estrutura cooperativa sem condições higio-sanitárias para laborar, com volumes de produções de queijo deitados ao lixo, com dificuldades no escoamento do produto, com os produtores, aí, muito animados porque há um ano não recebiam o produto do seu trabalho, isto é o filme que nós temos da agricultura dos Açores e em particular da agricultura de São Jorge, antes do Partido Socialista ter subido ao Governo. Para além da falência da estrutura cooperativa de São Jorge, tínhamos umas dívidas, umas dívidas de milhões...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Coisa pouca!

O Orador: ...que andavam lá distribuídos por São Jorge, sem sucesso nenhum na recuperação das cooperativas da ilha. Durante uma vintena de anos andou-se a dirigir recursos financeiros da Região para São Jorge, para a falência do sector agrícola de São Jorge. Foi isto que o Governo do Partido Socialista herdou. E foi com esta herança que o Partido Socialista teve de investir novamente e dar a volta ao sector cooperativo de São Jorge. Fez o que os senhores não fizeram, o desendividamento das cooperativas de São Jorge, o seu saneamento financeiro, habilitando estas cooperativas a ter os rácios necessários a apresentarem projectos e a executarem fábricas que hoje estão lá a ser executadas. Recuperou-se o atraso de pagamento aos produtores e, hoje, os produtores têm os seus pagamentos em dia, e isso, se formos ver o fluxo de investimentos que o Governo fez em São Jorge, comparativamente àquilo que se processava no passado, não é a diferença de um filme a preto e branco para um filme a cores, é a diferença da noite, que os senhores representam, para o dia que o Partido Socialista trouxe àquela ilha.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Muito bem!

(*Aplausos das bancadas do PS e do Governo*)

O Orador: Nos últimos tempos, nos últimos dias, tem vindo o Partido Social Democrata a fazer intervenções relativamente aos atrasos dos pagamentos dos apoios aos agricultores. Parece incrível, parece mesmo incrível, que o chefe líder do PSD tenha estado, por exemplo, no Ministério da Agricultura e, quando por lá passou, nada mexeu, nada fez, para que os pagamentos se fizessem de uma forma mais atempada, nada, rigorosamente nada se fez. Aliás, não se conhece um despacho, uma diligência, uma reunião nesse sentido lá no Ministério da Agricultura.

Parece impossível que o líder do PSD venha agora sugerir, por exemplo, observatórios, a querer observar tudo o que se passa, e quando tinha no Ministério da Agricultura um observatório constituído há anos, aliás por iniciativa do Partido Comunista – por iniciativa do Partido Comunista – não tenha observado rigorosamente nada no tempo em que andou no Ministério da Agricultura. Parece impossível que agora venha o PSD e o seu líder, repetidamente, falar de atrasos quando, dos calendários indicativos dos pagamentos aos produtores, quer dos prémios do POSEI...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse.

O Orador: Então concluo o meu raciocínio na próxima intervenção.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Após esta intervenção feita pelo Sr. Deputado Aires Reis, eu gostaria de lhe colocar algumas questões.

A primeira é se no estudo que fez sobre a agricultura de São Jorge tem apurado o valor por litro de leite que é pago, em média, ao produtor de São Jorge. Essa é a primeira questão.

Deputado Aires Reis (*PSD*): Menos que há dez anos!

O Orador: Sim senhor.

Sr. Deputado Aires Reis, o senhor diz que há sete anos, salvo erro, fez uma intervenção a pedir a pavimentação dos Biscoitos/Norte Pequeno. Tirando a parte que foi pavimentada até determinada estrutura que existe e que serve a comunidade dos Biscoitos e que foi pavimentada pelo Município da Calheta, e em cuja inauguração se bem me lembro o senhor esteve, gostaria de saber se mais alguma vez passou por esse caminho, recentemente, ou há quanto tempo não passa lá. Porque já existe muita pavimentação feita e muito trabalho feito. Mas o senhor não anda nos caminhos de São Jorge, deve andar noutros caminhos que não aqueles.

Depois, o Sr. Deputado diz que a agricultura de São Jorge anda a passo de caracol. Isto é a sua classificação. Se calhar, e de acordo com a vontade dos agricultores de São Jorge, e também do Governo do Partido Socialista, não anda à velocidade que nós todos desejaríamos. Mas uma coisa é certa: não anda para trás como andava no vosso tempo. Em que as cooperativas não pagavam aos agricultores, em que as cooperativas estavam falidas, e que foi preciso este Governo tratar do saneamento financeiro das cooperativas, e o senhor diz que há sete anos veio aqui fazer as reivindicações da agricultura de São Jorge. E quais eram? Saneamento financeiro das cooperativas de São Jorge. Está ou não está feito? Reestruturação do sector cooperativo em São Jorge. Mesmo com as vozes da desgraça do PSD e nós contra ventos e marés estamos a fazê-lo, para assegurar o futuro do sector de transformação em São Jorge. Está ou não está a ser feito, com coragem e determinação, por este Governo? Reestruturação da comercialização do queijo de São Jorge, de forma a que isso se reflecta no preço pago ao produtor. Está ou não está a ser feito em São Jorge?

Sr. Deputado, diga-me outra coisa: quais são os produtores agrícolas, de que cooperativa, é que não estão a receber o leite a 60 dias hoje em São Jorge? No seu tempo esperavam 365 dias, e às vezes mais, para receber. E hoje recebem a 60 dias. Só há ainda uma cooperativa que não paga a 60 dias, a Cooperativa Agrícola dos Lourais e, há bem pouco tempo, os serviços do Governo Regional ainda estavam a aguardar pela documentação, para poderem avaliar a situação económico-financeira da cooperativa, e o INFADAP ainda está a aguardar pelo primeiro pedido de pagamento da fábrica que está quase concluída. E isso demonstra a falta de alguma eficiência na gestão dessa cooperativa.

Mas quero dizer-lhe mais, Sr. Deputado.

É verdade que o sector agrícola, hoje, está mais exposto à realidade do mercado e à globalização. Mas o sector agrícola, passados doze anos em São Jorge, está mais preparado para a realidade do mercado internacional, os agricultores estão mais preparados para enfrentar os novos desafios do que estavam há doze anos. Há doze anos não havia estratégia agrícola, o que havia era um elefante branco construído na beira, decidido nos gabinetes da Horta, sem a vontade dos agricultores, Sr. Deputado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Aires Reis:

Depois da sua atrapalhada, mal lida, mal pontuada e mal feita intervenção, que não foi feita por si, para além de tudo isso, Sr. Deputado – para além de tudo isso – o senhor está para aí com umas trapalhadas que não têm nada a ver com a lavoura de São Jorge. O senhor não vive em São Jorge. O senhor não está com os lavradores de São Jorge.

Eu sei que o senhor veio fazer há dias uma reunião na sua zona, que teve meia dúzia de agricultores, que teve o ex-presidente da Federação, e aquilo que o senhor foi lá fazer foi meter veneno na cabeça dos agricultores, foi dizer asneiras, dizer uma série de trapalhadas. Os agricultores de São Jorge não estão como o senhor diz. O senhor diz que os agricultores de São Jorge estão piores que no vosso tempo. Por amor de Deus, Sr. Deputado.

Eu digo uma coisa ao meu amigo Deputado: tenha calma que essas intervenções não colam já na lavoura de São Jorge. A lavoura de São Jorge sabe o Governo que tem, sabe com quem pode contar.

E mais, os subsídios este ano não estão atrasados em relação aos outros anos, antes pelo contrário. Os subsídios este ano estão a ser pagos mais cedo do que o ano passado. Se há um ou outro caso de subsídios em atraso, os agricultores sabem porque é, e não estão assim como o senhor disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para participar neste debate e colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, muito prática, muito simples, sem rodeios, mas também queria já agora, reconhecer aqui algumas coisas, porque na política acho que a verdade ganha sempre.

A verdade é que o sector cooperativo de São Jorge não está hoje como estava há dez anos. Está melhor, está. Está diferente, sobretudo.

Eu ponho melhor com “m” minúsculo. O Sr. Secretário então andava noutras andanças, já nos conhecíamos, portanto sabe como é que o sector estava por dentro. E sabe como é que está agora. Agora, é legítimo que nós, os jorgenses, tenhamos receios.

Primeiro vou dizer que é verdade que o Governo está a sanear – não saneou, está a sanear – comprometidamente, o sector cooperativo. Tem, neste momento, a reestruturação de três unidades que sabe melhor que eu, que ninguém tem a certeza se vai dar certo em relação ao produto final, e a preocupação com os trabalhadores. Não é uma acusação, é uma preocupação legítima que nós podemos, e devemos, ter.

O Sr. Secretário está a sorrir, não vai agora dizer que eu não percebo nada do assunto, pois se calhar também não percebo, mas é que o senhor quando não tem resposta diz que a gente não percebe nada do assunto, agora eu vivo lá, em São Jorge, e sinto isso. E também é a minha obrigação transmitir isto aqui no sítio certo.

Portanto, neste momento o que se encontra é que o sector cooperativo está, entre aspas, para não ofender o Sr. Secretário, “refém” do Governo. E, embora – não vou adiantar muito sobre essa matéria da participação ou não de membros do Governo em assembleias, como foi adiantado no outro plenário, que isso nada tem a ver com o caso – a verdade é que quem paga manda e, portanto, neste momento o sector cooperativo está “refém”.

Não estou a dizer que é no mau sentido. Não leve isso como depreciativo, mas está, e essa é que é a verdade.

A questão que eu lhe coloco tem a ver com uma situação que ocorreu há cerca de três meses, com as célebres notificações que os agricultores receberam para pagar IRS a mais. O Sr. Presidente do Governo, gosta muito de dizer que tudo o que se passa nos Açores é com o Governo e por conseguinte é com ele – a primeira vez que ele disse isso foi em relação ao

CP Valour e eu ouvi – portanto, neste caso eu acho que deve aplicar a mesma teoria e a prática.

Nós fizemos um requerimento do PSD a perguntar ao Sr. Secretário três questões: quantos agricultores dos Açores tinham sido notificados pela Administração Fiscal, com base na tributação dos apoios comunitários; os agricultores que pagaram esses impostos se iam ou não ser ressarcidos; e, terceira questão, na eventualidade de existirem agricultores que recorreram à banca para pagamento dos impostos, se serão ou não recompensados. A resposta veio dizendo que estas três questões formuladas no nosso requerimento do PSD são da estrita competência da Administração Fiscal, esta resposta só poderá ser dada por eles mesmo, portanto, os senhores não podem responder.

A pergunta é: quando a coisa corre bem, o Governo tem sempre a ver com o assunto. Ou porque tem influências, ou porque resolveu. Quando corre mal, não é convosco, “assobiam para o lado”.

A questão que eu coloco, muito simples, é: em São Jorge os agricultores perguntam-me: «O Sr. Deputado por acaso sabe quando é que nós vamos receber aquilo que pagámos? Porque o Sr. Presidente do Governo diz que sim.»

Eu pessoalmente fui à Repartição de Finanças das Velas e perguntei ao funcionário: «Faça de conta que eu sou agricultor. O que é que eu devo fazer para pedir a ressarcão – visto que eu tinha uma cópia – destes dois mil oitocentos e cinquenta euros que paguei a mais.»

Resposta: «Por enquanto não temos instruções nenhuma.»

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Essa resposta nem podia ser dada.

O Orador: Não estou a dizer que não vão ter, mas é uma preocupação – é uma preocupação. Se vão dizer que não têm nada a ver com o assunto, pois então solicito que façam diligências no sentido de essa situação se resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* Deputado António Ventura (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tem-se assistido aqui nesta casa, e mais uma vez se assiste, àquilo a que eu chamo o “refúgio temporal” do Governo. Ora bem: o que é o “refúgio temporal”? O Governo, para justificar, aliás, como não consegue justificar a adopção de políticas, nem tem argumentos,

justifica-se no passado, o que é que foi feito há doze anos. Como nós também nos podemos justificar com o que estava para lá de 1974.

E portanto tem de haver, evidentemente, teoria da evolução dos Açores. E portanto, refugiar-se no passado é um sinal de falta de argumentos e falta de políticas para resolver o presente, porque o presente é tão grave como o passado. Não temos disso a mínima dúvida.

Por outro lado, relativamente aos apoios comunitários, mais uma vez, o “refúgio temporal”. Recordamos que no ano passado o PSD trouxe a esta casa uma intervenção sobre os apoios comunitários. Em diversos comunicados e também proferido nesta casa o Governo Regional refugiava-se nos atrasos e justificava-se nos rateios no futuro – ou seja: para o ano é que vai ser, para o ano, como a gestão é dos Açores, não vai haver rateios nem atrasos.

Este ano, como nós nos referimos aos atrasos relativamente à data anunciada – ou seja, como a data anunciada é diferente da data de pagamento, nós falamos em atrasos – refugia-se o Governo no passado, dizendo que os apoios chegaram mais cedo. Bom, está sempre a refugiar-se no futuro ou no passado e nunca na actualidade, e nunca no presente. Nunca resolvendo os problemas do presente. Aliás, o Governo Regional é o único que não reconhece os atrasos. Por duas vezes o Ministro da Agricultura já reconheceu que os apoios estão atrasados. O Governo Regional continua a não o reconhecer, põe a culpa na entidade que é o IFAP, até parece que o IFAP é uma coisa de mistério, da agricultura espanhola, que é um estado dentro de um estado. O IFAP pertence ao Ministério da Agricultura portuguesa. Eu queria ver era se o Governo da República fosse da cor do PSD o que os senhores já não tinham feito e o que os senhores já não tinham dito relativamente a isto. Isto é que eu queria ver.

(Aplausos da bancada do PSD)

Agora silenciam-se relativamente a esta matéria, porque não convém criar atritos. Digam a verdade. Há ineficiências da parte da Região e ineficiências da parte do Ministério da Agricultura relativamente ao pagamento de apoios, e há atrasos relativamente à data anunciada. E portanto, mais uma vez o “refúgio temporal”.

Resolvam os problemas do presente...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com perspectiva, com sustentabilidade, com viabilidade e visibilidade da agricultura. Resolvam esses problemas. É isso que os agricultores querem ver resolvido. Não é falar no passado ou no futuro. Resolvam já os problemas.
Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Isto é o que se chama rebentar bombas de fumo na opinião pública. Mas nisso os senhores são peritos e têm aprendido com o vosso líder, isto é, quanto menos se sabe, mais fumo se levanta e, no meio da confusão e do descontentamento, as pessoas até vão, às vezes, pensando que têm alguma razão.

Mas eu pergunto: algum dia alguém recebeu algum destes subsídios mais cedo do que vai receber este ano? Então se ninguém recebeu como é que o subsídio está atrasado?

Deputado António Ventura (PSD): Veja o calendário.

O Orador: O regulamento diz ou não que os subsídios são pagos de Dezembro a Junho? Se diz, então como é que os senhores dizem que os pagamentos estão atrasados? Podem ir rebentando estas bombas de fumo, porque os produtores sabem muito bem quando é que costumavam receber os apoios e quando é que os vão receber.

E depois, isso dos subsídios os senhores depois esclarecem lá fora, porque pelos vistos é só ler os regulamentos e deixar de dizer baboseiras.

Quanto às cooperativas de São Jorge, parece incrível que, quando nós andamos nos Açores a procurar uma estratégia de diferenciação, nós temos em São Jorge o produto mais diferenciado que existe no país. Um produto DOC, um produto sem concorrência, um produto de excelência que pode incorporar todo o valor possível e imaginário num queijo.

Parece impossível que se venha dizer que São Jorge está refém daquilo que se está fazendo. São Jorge está refém do seu passado, porque o passado não conseguiu tirar proveito de um produto tão valorizado. O passado conseguiu foi cavar dívidas, cavar divisões, não montar uma fileira que podia ser hoje riquíssima e não o foi.

O que se está fazendo hoje é exactamente encontrar uma resposta para isso. E numa Região onde é tão difícil diferenciar produtos – porque nós não podemos fazer produtos frescos, porque nós só temos, para fazer queijo, leite de vaca – nós temos ali um produto de excelência. E há que enfrentar esta situação e retirar daí todo o seu potencial. É o que o Governo Regional está a fazer.

Vir aqui cair sobre esta situação é de bradar aos céus, quando se tem um passado tão pobre naquela ilha e se é responsável por esse passado. Porque se São Miguel e a Terceira tinham iniciativa privada, capaz de relançar a economia leiteira da ilha, São Jorge não o teve, e também não teve Governo que fosse capaz de a apoiar. Esta é que é a verdadeira razão do atraso de São Jorge.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu queria começar por me dirigir ao Sr. Deputado Manuel Silveira, só para lhe dizer que as suas declarações não merecem, da minha parte, qualquer tipo de resposta. Desde logo porque não foram educadas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Já que me desafia, vou apenas dizer uma coisa: há pouco quando dizia que os lavradores, quando falava da lavoura do meu tempo, Sr. Deputado, provavelmente estava a referir-se a 96, ou mais do que isso. Em 96, a lavoura não era do meu tempo, era do nosso tempo, tenho aqui uma fotografia, para quem quiser ver. Era do nosso tempo. Agravada pelo facto de o senhor ter sido Presidente da Associação Agrícola e eu nunca ter sido.

Segunda questão: Sr. Secretário, eu não sei o que devo dizer sobre as suas declarações, mas apetece-me só dizer uma coisa: eu teria vergonha de vir justificar o que não faço nesta Assembleia durante este mandato, com situações que já lá vão quinze anos, e doze anos, e vinte anos...

Eu teria vergonha de ser executivo, fosse em que fosse, e vir para aqui fazer este tipo de papel. Sinceramente, Sr. Secretário, não é isso que a lavoura pretende de si. O que a lavoura pretende de si é respostas claras e decididas. Não é vir aqui desculpar-se com o passado de quinze anos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): A obra está lá.

O Orador: Só uma resposta para o Sr. Deputado Rogério Veiros, que tem a ver com as acusações que faz à Cooperativa dos Lourais. Evidentemente que já não é a primeira vez que o oiço falar sobre isso. E tive o cuidado de falar com os responsáveis pela Cooperativa dos Lourais que, curiosamente, me dizem que são eles que estão a aguardar os compromissos do Sr. Secretário, que são vários compromissos que eles estão a aguardar da parte do Sr. Secretário e que até hoje nunca conseguiram esse compromissos de facto por escrito e no papel. Eu acho que este é o grande problema, que é os senhores não estarem a contactar a Cooperativa dos Lourais, e andarem aqui num jogo de pingue-pongue, e quem se penaliza são os lavradores dos Lourais.

Sr. Secretário, peço-lhe uma coisa – já que não posso pedir ao Sr. Deputado Rogério Veiros, porque ele efectivamente não deve ter nenhuma ligação a este assunto – se o Sr. Secretário tem algum assunto a tratar com a Cooperativa dos Lourais, faça o favor de os contactar. Mas vir para aqui, andar com acusações de um lado para o outro não faz sentido. A Cooperativa dos Lourais neste momento diz que está a aguardar os compromissos do Sr. Secretário. E portanto, resta-me clarificar este assunto aqui, porque me parece que é grave, estar aqui a acusar pessoas que não estão presentes.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Senhores Deputados, tendo terminado neste momento a primeira ronda das inscrições, peço que tenham em consideração que chegou a altura do nosso intervalo. Não tenho o intuito de impedir o debate, que se se prolongar, poderá ser adiado para amanhã. Tenho a inscrição do Sr. Secretário e estou recebendo inscrições para essa segunda ronda. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(* Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu acho que o Sr. Deputado devia de facto ter vergonha, e ter vergonha de vir aqui fazer as duas intervenções que acabou de fazer sobre o sector agrícola e o sector cooperativo de São Jorge.

Eu compreendo que, para os Srs. Deputados do PSD e os Deputados de São Jorge em particular, do PSD, seja difícil aceitar que se compare a última década com as duas décadas antecedentes. É-vos difícil aceitar uma comparação, quando essa comparação é terrível para os vossos desempenhos. É difícil aceitar essa comparação quando ela revela, de uma forma evidente, a inoperância, a incapacidade, o falhanço do PSD em São Jorge e no sector cooperativo de São Jorge. Eu se estivesse do vosso lado também não gostava que comparassem. Aliás, diga-se de passagem que, se tivessem uma vantagem comparativa nessa leitura, os senhores fariam essa vantagem todos os dias e sucessivamente. Mas não têm, porque nessa comparação os senhores saem a perder a todos os níveis.

Gostaria também, ainda, e relativamente ao investimento que tem sido feito no ordenamento agrário, de dizer que os últimos dez anos no investimento do ordenamento agrário de São Jorge – águas, caminhos – tem sido pontualmente cumprido de acordo com o programa que o Governo Regional tem aprovado. E todos os compromissos do Governo Regional têm sido pontualmente cumpridos nessa matéria.

Agora, não pode querer, a cada momento que o Sr. Deputado se lembra de dizer que há um caminho para consertar, que porventura e nalguns casos até foi aberto pela sua Junta de Freguesia ou pela sua Câmara Municipal, que ao fim de uns anos o Governo o conserte. Sinceramente, há-de compreender que as entidades que são deles as legítimas responsáveis é que devem fazer a sua reparação.

Estão a ser reparados, pontualmente, todos os compromissos estão sendo cumpridos.

Gostaria de lhe dizer, também, no que diz respeito à Cooperativa dos Lourais, e só para deixar essa fase esclarecida, que não acha que é estranho, que uma entidade como aquela que fez já um investimento substancial nas suas novas instalações, ainda não tenha apresentado o primeiro pedido de pagamento dos apoios ao INFADAP? Não acha isso incompreensível? Num investimento de seiscentos mil contos, ainda para falar na moeda antiga, onde tem quatrocentos mil para receber, compreende-se que ainda não tenha sido apresentado o primeiro pedido de pagamento? E então agora duvida-se que o Governo esteja

disponível para apoiar os produtores da Cooperativa dos Lourais a terem exactamente o mesmo tratamento que os outros?

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Já vou acabar, Sra. Presidente.

Relativamente aos atrasos dos pagamentos, gostaria só de referir o seguinte: de que apoios é que estamos a falar?

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor está a falar de quem?

O Orador: Os senhores nunca identificam que apoios é que estão em atraso. É a bomba pneumática – são os atrasos. Os atrasos. Não são todos, Sr. Deputado.

Nós temos dois tipos de pagamentos. Uns no âmbito do ProRural e outros no âmbito do Poseima. Os apoios Poseima estão sendo pagos em calendário, mais cedo do que aquilo que era habitual, e o senhor sabe disso.

Aliás, os calendários indicativos foram dados e foram levados ao conhecimento de todas as organizações de produtores. O próprio senhor dirigente do PSD – compreenda Sr. Deputado, o próprio senhor presidente do PSD – ainda outro dia fez declarações com base nas informações que nós disponibilizámos às organizações de produtores e, portanto, sobre isso, estamos conversados.

No que diz respeito a essa matéria, no ano passado os senhores vieram para aqui com a conversa dos rateios e rateios e rateios. Só se calaram quando finalmente perceberam que os rateios que existiram se deveram à vossa má negociação de 2003.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Só para acabar, Sra. Presidente.

No que diz respeito ao sector cooperativo se encontrar refém do Governo Regional, Sr. Deputado, essa é para si: como é que o sector cooperativo se encontra refém, se foi com o Governo Regional do Partido Socialista – desde o primeiro Governo do Partido Socialista até este – junto com o sector cooperativo, que se estudou e analisou as soluções para São Jorge, o seu saneamento financeiro, a sua recuperação financeira, os investimentos que agora se estão a concretizar?

Deputado Aires Reis (PSD): E os outros?

O Orador: Pergunto, ao nível da gestão, ao nível da administração, qual é a interferência que temos com a gestão e administração das cooperativas?

Aliás, se o sector cooperativo de São Jorge esteve refém, foi das dívidas que os senhores o ajudaram a acumular.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Aí é que havia essa situação.

Presidente: Sr. Secretário, relembro que conclua por favor a sua intervenção.

O Orador: Só para terminar, a questão do IRS, Sra. Presidente.

Na questão do IRS detectaram-se as dificuldades que o Sr. Deputado sabe, por uma interpretação errada, no nosso entendimento, da Direcção Geral dos serviços do IRS. Quando isso foi detectado, o Governo Regional diligenciou a sua solução. Felizmente, com a intervenção do Presidente do Governo, foi possível resolver esse problema. Os produtores e o Governo Regional ajudaram a resolver esse problema para os Açores e, aliás, para o conjunto do país.

Gostaria de lhe dizer também que, como sabe, o Governo Regional não tem constitucionalmente, nem pode ter, qualquer autoridade sobre os serviços de Finanças. Não é possível ao Governo Regional dizer ao Sr. Deputado ou seja a quem for, quantas notificações fez o serviço de Finanças.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse, já terminou o tempo para a sua intervenção.

O Orador: Agora sabe que os produtores interessados devem recorrer aos serviços de Finanças para reclamar o reembolso daquilo que indevidamente pagaram.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* Deputado Rogério Veiros (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Vou ser breve, dada a hora.

Sr. Deputado Aires Reis: gostaria de lhe dizer que, no que diz respeito às minhas afirmações sobre a Cooperativa dos Lourais, não são só afirmações feitas nesta casa, foram colocadas por escrito e distribuídas em toda a freguesia. Nós assumimos aquilo que dizemos, aquilo que fazemos e colocamos no papel. Porque apesar de sermos os deputados do lado do Governo, temos mais coragem que os deputados da oposição, para tocar nos pontos críticos daquilo que se deve tocar na ilha de São Jorge.

Mas queria dizer-lhe mais, Sr. Deputado: o senhor, quando diz que o sector cooperativo é “refém” do Governo, deve estar a falar também da Finisterra, da União de Cooperativas e de todas as cooperativas. Eu já lhe disse aqui que as decisões são tomadas em assembleia-geral, em plenário geral, com todos os agricultores. Nunca ninguém lá foi dizer como é que os agricultores devem votar ou não votar.

Da mesma forma que nós, socialistas, aceitamos os resultados eleitorais em São Jorge, também aceitamos o resultado eleitoral nas cooperativas. Ou os senhores só vêm a democracia para um lado e para o outro não existe?

Mas também lhe queria dizer outra coisa, Sr. Deputado.

É que o senhor deve prestar atenção àquilo que se passa na sua ilha. E já se esqueceu dos pontos de abastecimento de água à lavoura que havia há doze anos e que há agora?

Já se esqueceu da pavimentação de quilómetros que era feita no seu tempo durante vinte anos e a pavimentação de quilómetros que é feita agora?

Já se esqueceu que, pela primeira vez em São Jorge, nós estamos a ter um perímetro de ordenamento agrário com as infra-estruturas que todos os agricultores merecem ter na bacia leiteira dos Rosais e da Beira? Já se esqueceu que estamos a lançar o concurso para o perímetro de ordenamento agrário do Topo?

E quero ainda dizer mais.

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já pediram ao Sr. Secretário para passar para Decreto Legislativo Regional o perímetro de ordenamento agrário da bacia leiteira da Ribeira Seca.

O que é que os senhores andam a fazer? Os senhores não andam a acompanhar os anseios e as necessidades da lavoura de São Jorge. Nós é que andamos com os agricultores de São Jorge. O vosso problema é esse. É por isso que em ano de eleições vão lá, a correr, fazer reuniões com os agricultores, porque estão com medo de perder a vossa base de sustentação da única ilha que nas últimas eleições ainda votou no PSD. Esse é que é o vosso problema.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) Deputado Aires Reis (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Vou começar exactamente por aqui, Sr. Deputado Rogério Veiros: o senhor nunca veio apresentar rigorosamente nada nesta Assembleia que nós já não tivéssemos falado nas nossas intervenções, e se nós vimos aqui com sugestões evidentemente que são sugestões para o Governo tratar. Portanto o senhor desculpe, mas ainda não o vi aqui com nenhum assunto que o PSD já não tivesse tratado. Primeiro ponto.

Segunda questão: o senhor há bocadinho quando falava das assembleias-gerais sabe perfeitamente que o Sr. Secretário de então – não foi este, foi o da altura – participava nas assembleias gerais onde eram tomadas as decisões e, portanto, não me digam que assim é uma eleição muito clara, não pode ser. Obviamente que não é.

Vou-lhe dizer uma coisa. Parece-me que toda a gente que tenha bom senso percebe claramente que um membro do Governo inserido numa assembleia-geral pode condicionar alguma decisão. É óbvio que pode.

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso era no vosso tempo!

O Orador: Não, eu só estou a falar para pessoas que tenham boa-fé e bom senso.

Outra coisa. Por falar em boa-fé, o Sr. Deputado Rogério Veiros dizia há pouco que tinha escrito e distribuído pela freguesia as afirmações sobre a Cooperativa dos Lourais. Digam-me só se isto é boa-fé a tratar dos assuntos da sua terra. Isto é política ou não é política? Então ele não devia ter falado com os responsáveis pela Cooperativa dos Lourais e pô-los em contacto com o Sr. Secretário? Chama-se a isto boa fé? Desculpe mas isto é pura política partidária ou o que quer que o senhor lhe queira chamar. Não é assim que se tratam os assuntos de São Jorge. Isso, na minha opinião, é uma forma de funcionamento de má-fé. Esse é o termo.

E reparei que o Sr. Secretário ficou um pouco alvitrado com aquilo que eu estava a dizer sobre a Cooperativa dos Lourais. Mas já agora deixe-me responder-lhe às acusações que me fez. Há bocadinho dizia que não era o senhor que devia ter vergonha, devíamos ser nós a ter vergonha. Exactamente: devia ser eu a ter vergonha.

Eu agora pergunto, a todos os Srs. Deputados, uma coisa: é ou não verdade que o número de produtores está a baixar em São Jorge? É verdade. É ou não verdade que o número de

produtores está a baixar e estão a emigrar porque não têm outras soluções na sua terra? É ou não verdade...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Aires Reis terminar.

O Orador: É ou não verdade, Sra. Presidente e Srs. Deputados, que os agricultores, neste momento, estão a desincentivar os seus filhos a continuarem na lavoura? Isto não é nenhum sinal? É ou não verdade...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, eu peço desculpa por estar a aguardar, mas são assuntos que eu pessoalmente acho que são bastante sérios e gostava de os dizer desta forma na Assembleia.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aires Reis está no uso da palavra.

O Orador: Obrigado.

É ou não verdade, por exemplo, que em São Jorge estes governos pavimentaram dez quilómetros em dez anos? Dez quilómetros de estrada. Isto faz algum sentido nos dias de hoje? Há vinte anos fazia, agora neste tempo em que vivemos isto não faz nenhum sentido, Sr. Secretário.

Depois, é ou não verdade, Sra. Presidente e Srs. Deputados, e já agora Srs. Membros do Governo, que o preço do leite pago aos produtores é mais baixo do que há dez anos? É claro que isto incomoda, mas esta é a realidade.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos os seguintes Srs. Deputados: o Sr. Deputado Rogério Veiros e o Sr. Deputado António Ventura, bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Comecemos pelo preço do leite.

Porventura o Sr. Deputado terá ido buscar o preço do leite, aqui referido como o mais baixo de há dez anos, àquela cooperativa que há bocadinho referimos.

No que diz respeito aos caminhos, o senhor diz que são dez quilómetros em dez anos, o senhor devia fazer melhor as contas. Voltando a fazer a comparação, que é legítima fazer, vou dizer-lhe que no seu tempo, no tempo do PSD...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez!

O Orador: No tempo do PSD, nos Açores em vinte e cinco anos...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Srs. Deputados, oiçam, eu sei que incomoda, mas oiçam.

Em vinte e cinco anos fizeram vinte e cinco quilómetros nos Açores inteiros. Nos Açores inteiros, em vinte e cinco anos, fizeram vinte e cinco quilómetros. Nos últimos dez anos fizemos mais de duzentos e trinta quilómetros.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E em São Jorge?

O Orador: O Sr. Deputado de certeza não anda nos caminhos agrícolas de São Jorge.

Vamos agora a outra questão.

O Sr. Deputado fala que há menos produtores em São Jorge e que há um desincentivo dos produtores aos filhos. O Sr. Deputado parece que não lê histórias, o senhor parece que não sabe o que é que se passa no mundo inteiro. Então, quando o outro seu colega pede que se incentive e que se apoie a reestruturação do sector, isso o que é que significa, Sr. Deputado?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ele já vai explicar.

O Orador: Não é diminuir o número de explorações e termos explorações mais eficientes? O Sr. Deputado o que devia ver era o número de explorações que tem em São Jorge, que são menos, relativamente à produção leiteira de São Jorge, e aí tirava a conclusão: que nós temos hoje menos produtores, mas melhores produtores. Menos produtores, mas mais produção.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros, gostaria de informar a câmara que o PSD acabou o seu tempo, portanto agradecia que levasse também isso em consideração. Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Aires Reis:

Em São Jorge, actualmente, existem pavimentados – e podemos ir medir, eu convido-o, um dia, para irmos de jipe, os dois (no seu jipe, que eu não tenho jipe) medir os quilómetros pavimentados em caminhos em São Jorge – quarenta quilómetros aproximadamente, que existem em São Jorge.

No seu tempo e no tempo de 1996 havia três caminhos pavimentados: Sete Fontes/Terreiro da Macela, mais cerca de um quilómetro na freguesia dos Nortes, na transversal, e no total os caminhos pavimentados eram de catorze quilómetros. Sr. Deputado, feitas as contas, por números é fácil: quarenta menos catorze, faça as contas, não dá dez, dá muito mais. Essa é a primeira razão pela qual o senhor anda muito distraído.

Como também convido-o, nesse passeio, a contar os pontos de abastecimento de água à lavoura que foram criados pelo Governo do Partido Socialista. Sr. Deputado, em vez de ir meter coisas na cabeça dos agricultores e querer ser o coveiro da agricultura de São Jorge, convido-o a ir a São Jorge e ver São Jorge na sua realidade e a obra que nós estamos a fazer. Mas mais, Sr. Deputado. Eu gostaria de lhe dizer que é verdade que existem menos agricultores. Mas hoje também existe a globalização e ela também chega a São Jorge. O senhor não sabe o que é isso? Peça aos seus colegas mais entendidos nessa matéria para lhe explicarem que isso é assim que tem de funcionar e que cada vez, para haver mais viabilidade nas explorações, é preciso explorações com maior capacidade de produção, para uma recuperação dos seus investimentos mais eficiente.

Mas, Sr. Deputado, também é verdade que há agricultores que incentivam os filhos a não seguirem a actividade. É verdade, sim senhor. E existem dois tipos: o dos agricultores que hoje em dia têm o poder de dar educação aos seus filhos e dar-lhes outros cursos e os seus filhos querem seguir outras carreiras, o que é legítimo; como também existem aqueles agricultores, como em tudo na vida, que não têm a sua exploração devidamente gerida – e

para é pecado dizer isto, mas infelizmente isso existe, e é verdade e temos de o admitir – e que é obvio que não encorajam os seus filhos nesse tipo de negócio.

Mas Sr. Deputado, também é verdade que em São Jorge existe obra feita e, conforme eu lhe provei, também é verdade que o senhor não está a par da realidade da ilha. Eu sei que não me pode responder, mas vai ter de aceitar uma coisa: nestes últimos doze anos, Sr. Deputado, a agricultura mudou muito em São Jorge, e quer o senhor queira quer não, os agricultores sabem que nós temos obra feita, mudamos e continuamos a mudar.

Presidente: Srs. Deputados, vamos então fazer o intervalo e regressamos daqui a meia hora.

(Eram 17 horas e 55 minutos)

(Após o intervalo, o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Bolieiro para, nos termos regimentais, fazer a apresentação de diplomas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A Segurança é um dos principais valores sociais, tendo também significado económico.

Hoje, porém, mais do que ontem, o sentimento de insegurança é preocupação prioritária dos açorianos.

Hoje, mais do que ontem, importa fazer.

Ontem, foi a constatação do sentimento de insegurança, foi a reacção crítica às omissões da República em matéria de Segurança Interna.

Hoje, mais do que reclamar de outros o reforço de meios de prevenção e de combate à criminalidade, importa fazer o que está ao alcance da Autonomia e dos Órgãos de Governo Próprio.

E é assim que a nossa legitimidade política e democrática se eleva na Autonomia.

Não pretendemos disputas estéreis de competências entre a Região e a República. Pelo contrário, pretendemos assumir, lado a lado com o Estado, a defesa da Ordem e Segurança Públicas nos Açores.

Não há tempo a perder com mais avaliações sobre a conveniência e oportunidade políticas para agir.

Os relatórios anuais de Segurança Interna, já disponíveis e relativos aos anos de 2005 e 2006, revelam um continuado aumento da criminalidade participada, de 3,8% de 2004 para 2005 e de 0,5% de 2005 para 2006.

Os relatórios anuais de Segurança Interna de 2005 e 2006 colocam, assim, os Açores como a quarta Região do País com maior índice de criminalidade.

Se é certo que estamos perante tipologias de reduzida intensidade criminal – crimes contra a propriedade e contra as pessoas –, não é menos certo que o aumento destes crimes têm causado alarme social, atendendo à sua natureza.

Os Açores são, tradicional e historicamente, uma Região segura, circunstância que, entre outras, tem contribuído para a sua valorização como destino turístico. Aliás, esta circunstância tem sido, desde sempre, um dos principais argumentos promocionais da Região.

Importa, pois, concertar estratégias e esforços para combater este sentimento de insegurança e este continuado crescimento de criminalidade, explorando todas as competências da Região Autónoma dos Açores.

Na verdade, o acréscimo do sentimento de insegurança dos açorianos não é apenas, como se chegou a dizer, de ordem estatística, por via do aumento das denúncias dos crimes, nem é apenas uma questão psicológica.

O aumento da criminalidade é real e é sentido pelas pessoas.

O desenvolvimento das ilhas e o crescente aumento da população flutuante exigem, agora, inovadora avaliação das necessidades e dos meios técnicos e humanos a afectar aos Açores e em particular a cada um dos nossos concelhos, por serem realidades distintas entre si.

Ancorados nestes pressupostos e motivados pela vontade política de contribuir para soluções novas e eficazes, ontem apresentámos nesta Assembleia, para o objectivo político de combater o alcoolismo juvenil, 4 iniciativas legislativas, hoje, para outro relevante

objectivo político – o da Segurança Pública – propomos mais 4 iniciativas legislativas e políticas.

Apresentaremos ainda, brevemente, mais iniciativas legislativas sobre esta mesma matéria, sob a forma de anteposta de lei.

O PSD assume-se, assim, como oposição proponente e reforça a sua efectiva capacidade de alternativa de Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e Senhores membros do Governo

Propomos, por Decreto Legislativo Regional, a criação de um Conselho de Segurança Pública.

Um órgão de consulta, articulação, informação e cooperação nos domínios da ordem e segurança públicas na Região Autónoma dos Açores.

Tem por objectivos monitorizar e promover o escrutínio da efectiva colaboração entre todas as entidades locais, regionais e nacionais que actuam em matéria de segurança pública; promover a reflexão e debate, elaborando e divulgando estudos e formulando propostas, sobre o combate à criminalidade e à exclusão social nos Açores; aprovar pareceres e balanços sobre a sua actividade, com a obrigação de os enviar, semestralmente, para conhecimento e pronúncia à Assembleia Legislativa e, ainda, aconselhar o Presidente do Governo, na sua qualidade de membro do Conselho Superior de Segurança Interna.

Importará recuperar a eficácia das políticas sociais de inclusão, que diminuem a tendência de crescimento da marginalidade e delinquência.

O Conselho de Segurança Pública, que propomos, é presidido pelo Presidente do Governo e constituído por representantes do Parlamento e do Governo Regional, pelos Presidentes dos Conselhos Municipais de Segurança dos Açores, pelo Ministério Público e pelos comandantes regionais das forças de segurança.

Propomos a celebração de um Projecto de Interesse Comum, entre os Governos da República e Regional, nos termos previstos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas em matéria de reforço de meios e equipamento para as forças de segurança nos Açores.

Propomos que a Assembleia Legislativa se pronuncie, por iniciativa própria, defendendo a opção da regionalização da coordenação das forças de segurança pública nos Açores, reconhecendo-se o poder do Governo Regional de orientar as acções de ordem pública e o direito de ser informado, pelos comandantes regionais das forças de segurança, de tudo o que disser respeito à segurança pública no território da Região.

Propomos que a segurança nos aeroportos e aeródromos dos Açores seja garantida, no que é possível, por segurança privada, designadamente no aeroporto das Lajes, na ilha Terceira, aeródromos da Graciosa, Pico e S. Jorge, libertando assim os agentes da PSP para um policiamento de proximidade e visibilidade nas ruas.

Assim, em matéria de Segurança pública nos Açores, propomos decisão, onde tem havido contemplação. Pedimos eficácia, onde tem havido omissão.

Disse!

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Como sabem, nos termos regimentais, há um período de dez minutos para comentários e esclarecimentos sobre esta matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(* Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Trata-se efectivamente, Sr. Presidente, para, nos termos regimentais, solicitar algum esclarecimento ao Sr. Deputado proponente e que fez a apresentação do diploma.

Desde logo gostava de dizer que me pareceu ponderado e concordo, na generalidade, com o diagnóstico da situação de segurança que foi feito que, sem escamotear a realidade, não foi alarmista nem exagerado, antes parecendo realista, o que é importante, porque a política deve optar e tomar decisões baseada no diagnóstico tanto quanto possível real daquilo que existe e daquilo sobre o que é preciso actuar.

Agora, relativamente à outra parte – e lembraria ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que um bom legislador pode sê-lo e um bom proponente, sem ser necessariamente um

executivo, embora perceba esse seu desejo e da sua bancada – gostaria de dizer que já não percebi bem, face ao diagnóstico traçado, aquilo que, no fundo, creio ser o objecto desta iniciativa legislativa e que é, se bem percebi, a criação de um conselho de segurança regional, com funções, conforme o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro referiu, e não poderia ser de outra forma, apenas consultivas.

Não percebo bem ou não percebi, de que forma é que isso se compagina com outra realidade que tem vindo a ser defendida, designadamente pelo Sr. Presidente do Governo, e na sequência da revisão constitucional de 2004, ao nível de uma delegação de competências no campo da coordenação, num acordo entre o Governo da República e o Governo Regional, em matéria de segurança.

Aliás, nessa matéria, diga-se, tem havido e é bom reconhecê-lo, alguns avanços em termos legislativos. A última lei orgânica da PSP, de Agosto do ano passado consagra, como sabemos, a possibilidade de os órgãos de governo próprio convocarem, para serem informados, os comandantes regionais da PSP, coisa que o nosso Governo exercitou, aliás, muito recentemente. Assim como, e não tem a ver com esta matéria, também a Lei da Televisão consagra, coisa que este Parlamento, por iniciativa do grupo parlamentar do Partido Socialista, exerceu o respectivo pedido hoje, a possibilidade de os órgãos de governo próprio ouvirem, e desta forma participarem politicamente, relativamente aos directores dos Centros Regionais de Rádio e Televisão.

Mas o que gostaria de perguntar ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro é: de que forma é que este Decreto Legislativo Regional se enquadra ou compatibiliza com essa aludida e reclamada necessidade de coordenação, por parte do Governo Regional, de alguns meios dessa segurança, porque não percebo bem como é que isso é feito.

Por outro lado, também gostaria de perguntar, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e ao Grupo Parlamentar do PSD, se têm conhecimento que, ao nível nacional, está sendo preparada a alteração da Lei de Segurança Interna, e que houve autoridades importantes que aconselharam o maior consenso nessa matéria. Designadamente, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, estão tentando concertar posições dessa lei.

Se deve ser essa lei, como parece que é, em termos competenciais, que deverá prever a possibilidade e dar concretização, nesta matéria, à revisão constitucional de 2004.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, independentemente – e para atalhar caminho – das questões que têm a ver com o diagnóstico da situação, lendo a proposta que foi apresentada pelo PSD, suscitam-se algumas dúvidas que, a bem do objectivo principal, devem ser esclarecidas.

Em primeiro lugar este não é um órgão de consulta. O próprio texto do Decreto assim o assume. Este é um órgão de consulta de articulação, de coordenação, e outras coisas mais. Se fosse um órgão de consulta estaria tudo bem, a Assembleia pode efectivamente criá-lo; mas a partir do momento em que se quer fazer este órgão entrar noutras funções, há um problema com um preceito constitucional que diz que é da exclusiva competência do Governo Regional a sua estrutura e o seu funcionamento. Neste momento, quando se quer fazer este órgão ir mais além do que um órgão de consulta, está-se efectivamente a tocar nessa área, e portanto há um problema de constitucionalidade com este Decreto.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, o preâmbulo do Decreto faz, a páginas tantas, referência à exclusão ou aproveitando dos poderes da Região.

Pergunta mais concreta será impossível: O PSD defende ou não o reforço das competências da Região no que diz respeito à coordenação da Polícia?

É porque é disso que nós temos de falar quando falamos desta matéria. Parece-me, salvo o devido respeito, que vai uma grande confusão no PSD. É que um órgão de consulta – aliás, não é a primeira vez que se fala num Conselho Regional de Segurança, o Sr. Presidente do Governo já falou na criação de um Conselho Regional de Segurança – só faz sentido depois de garantirmos à Região mais competências no âmbito da gestão e da articulação das forças de segurança.

Este problema resolve-se indo ao concreto. Não é apenas uma questão de diagnóstico.

Se fosse por causa da existência de conselhos de diagnóstico, depois em Ponta Delgada não teríamos insegurança, porque temos o Conselho Municipal de Segurança; na Lagoa não teríamos insegurança, porque temos o Conselho Municipal de Segurança. Não senhor. As prioridades que o Governo Regional tem, para esta matéria, e que estão a ser implementadas

e trabalhadas nesta matéria têm a ver com questões concretas e indo directamente à raiz do problema.

Em primeiro lugar: nós termos a capacidade de podermos articular, de podermos gerir, podermos cooperar e coordenar de outra forma as forças de segurança na Região. Esta gestão de proximidade vai permitir uma melhor solução para este problema e a gestão mais atempada, sobretudo, decisões mais atempadas, mais temporâneas, tomadas em relação aos problemas que vão surgindo. É esta uma das formas como se resolve este problema, não é com mais um conselho, pese embora toda a utilidade que isso pode ter, mas é exactamente depois de nós termos competências sobre esta matéria.

Segunda prioridade do Governo Regional, que está a ser trabalhada: tem a ver com o reforço dos recursos humanos para a polícia e para as forças de segurança na Região.

Com todo o respeito que a proposta me merece, eu penso que esta proposta demonstra que o PSD falha nesta matéria o tiro, ou seja: quis pronunciar-se sobre essa questão, mas não vai directamente à raiz dos problemas. Isto só se resolve – pela importância dos valores que estão em causa – indo directamente à raiz dos problemas, e é isto que o Governo Regional está a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Permitam-me, antes de pedir os esclarecimentos ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e ao Grupo Parlamentar do PSD, que manifeste aqui o meu apreço pela pertinência da proposta apresentada, pois a busca da segurança tem sido uma das causas que mais tem gerado expectativa e debate entre os nossos cidadãos e, daí, a pertinência de trazer este tema, até independentemente das soluções, aqui ao órgão principal da Autonomia.

Permitam-me que diga, também, que a mim não me parece surpresa que a situação tenha chegado a esse estado, quando seria previsível que, face aos novos tempos, à desruralização da sociedade açoriana, isto iria acontecer e, portanto, já começava a acontecer, ao que estamos a chegar é a uma situação limite.

E é sobre a situação limite – e aqui permita-me o Governo Regional a crítica – que o Governo vem agora tentar encontrar soluções, as quais já deviam ter sido encontradas ao mesmo tempo que esse desenvolvimento foi sendo gerado.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade.

O Orador: Aliás, até com elogio que devo fazer, e que tem a ver com, naturalmente, uma diminuição das precárias condições dos nossos cidadãos, o que significa que não haveria razões para isso, se fôssemos apenas às condições sociais. Devido ao factor de urbanização, é natural que isto aconteça. Mas também é natural que, prevendo essa evolução da sociedade açoriana, o Governo Regional, como principal responsável, tivesse acautelado, de certa forma, medidas que pudessem já estar em funcionamento.

Não significa que o esforço que está a ser feito agora não seja adequado, quero só dizer, deixar esta crítica, que vem tarde e vem a reboque desta situação. Mas oxalá isto sirva também para continuar a resolver.

Permitam-me que diga, também, que a raiz do problema não tem nada a ver com nenhuma dessas medidas, em minha modesta opinião. Tem a ver com a ausência de valores. Hoje o crime ao património não aumenta por haver mais pobres ou por haver mais fome – é bom que assim seja, é sinal de que a nossa sociedade está menos pobre – aumenta sim pela ausência dos outros valores.

Portanto, é essa nova sociedade, com esse novo caminho, que tem de encontrar outras formas de haver prevenção humana, e de haver prevenção junto das próprias pessoas, em termos daquilo que são os valores em que os cidadãos se devem comportar em comunidade. Em termos de disputa de competências, percebo a posição do PSD de mais do que agora querer, numa situação que tem de ser resolvida à pressa, mais do que agora estar a discutir competências, importa encontrar soluções em consenso, daí a proposta, mas dizer também que, na disputa de competências, enquanto for só a gestão – e aí vou mais longe até do que diz o Sr. Secretário Regional – enquanto for apenas um órgão consultivo, enquanto for saber se é a República que gere ou é a Região, não partindo eu do princípio que o Governo da República gerirá mal as forças de segurança, o essencial é que a Autonomia não tem poder efectivo para ir à raiz do problema, não na óptica da prevenção, mas na óptica da repressão. Quando se chega a esta situação, é a óptica da repressão que também deve estar presente. Gostem ou não gostem, é a óptica da repressão que deve ser mexida, e é essa também a

questão que gostaria de fazer ao proponente e, obviamente, também ao Partido Socialista, que nos termos regimentais julgo que não me poderá responder, mas terá tempo para se pronunciar sobre isso.

Qual é a posição dos dois grandes partidos nos Açores que têm influência na Assembleia da República sobre as actuais normas penais, sobre as actuais normas processuais penais, algumas das quais resultado de um pacto entre os dois partidos, e portanto qual é também, a vossa posição sobre o melhor modo de restabelecer a eficácia, a ordem, a autoridade? Porque, quando não está estabelecida a autoridade de um só polícia, não é por duplicarmos o número que isso significará mais segurança só por si. Pode melhorar, mas não completa. Portanto, gostaria que me dissessem, também, qual é a vossa posição sobre isso.

Dizendo que, obviamente, as soluções que são aqui apresentadas pelo PSD são pertinentes, em termos de gestão, em termos de eficácia dos recursos existentes, digamos que em termos administrativos melhora.

Em minha opinião não vai à raiz do problema, porque a Autonomia também não consegue ir, mas gostaria de saber a vossa posição sobre isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta problemática da segurança já preocupa o CDS/PP há muito tempo. Pessoalmente, folgo que o PSD, finalmente, tenha esta preocupação.

Há muito mais de um ano, como bem se lembram todos os que aqui estão, levantámos aqui o problema da insegurança, nomeadamente na ilha Terceira, aquando dos assaltos a idosos. Estamos todos bem recordados disso, até de um vivo debate entre mim e o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Mas este problema da insegurança nos Açores – e com o devido respeito tenho de dizer isto – só preocupou o PSD quando atingiu, nem sequer a ilha de São Miguel, o concelho de Ponta Delgada.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade.

O Orador: É a partir daí que o PSD toma posição sobre essa matéria.

Depois o observatório da segurança, ao contrário, é sempre uma coisa para ver ao longe – se é observatório, se é conselho – aliás, eu devo dizer que só tardiamente tive conhecimento destas propostas. Muito depois de o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro as apresentar aqui é que tive enfim o prazer de as ter na minha mão. Bem ao contrário da praxe que se exigia aqui há uns tempos nesta casa, por parte de alguém.

Não os conheço bem, mas do pouco que conheço, Sr. Deputado, já tem diferenças, e tem diferenças na seguinte questão: o Governo Regional deve propor ao Governo da República a decisão e já tomámos posição sobre esta matéria; o Governo Regional deve exigir, como julgo que já o fez, ou está a fazer, ao Governo da República, mais meios para os Açores. Deve exigir, e não propor, mais meios, como está aqui no vosso pacote legislativo.

No outro projecto de decreto legislativo diz: «A coordenação das forças de segurança pública dos Açores deve ser regionalizada.» Então andamos aqui a duplicar, a triplicar, a quadruplicar institutos, observatórios, chamem-lhe o que quiserem, que não servem para nada. Então qual é o papel da coordenação do Governo? Se se defende a regionalização da policia, qual é o papel do Governo Regional nesta matéria?

Gostaria que o Sr. Deputado me esclarecesse.

Depois, Sr. Deputado, apenas uma ligeira correcção: não há aeroporto nas Lages, é aerogare civil das Lages, é onde tem a polícia. É uma pequena correcção, aerogare civil das Lages.

E depois há aqui uma coisa que eu acho fantástica no projecto de decreto que cria o conselho consultivo da segurança pública. Na sua composição, o Partido Social Democrata propõe o Presidente do Governo, enfim, por aí abaixo e, depois, dois deputados da Assembleia Legislativa, eleitos por maioria. Dois deputados. Isto diz tudo do espírito democrático e de pluralidade que vem desta bancada. Isto diz tudo do que vem dali.

Agora, o problema passa, como nós já dissemos, por mais meios, o problema passa por criar polícias municipais, um grande contributo para resolver esse problema, e não por um observatório meramente consultivo. Sei as competências da polícia municipal, Sr. Deputado, tão bem como o senhor; o senhor talvez é que não sabe, ou talvez não lhe interesse, criar polícias municipais. Gostaria de saber porque é que são contra a criação de polícias municipais? Parece que no PSD já vai sendo hábito o líder dizer uma coisa e os outros dizerem outra. Quem ouvi a defender uma polícia municipal foi a Sra. Presidente da Câmara Dra. Berta Cabral. Defendeu-o para Ponta Delgada, Sr. Deputado Clélio Meneses,

não para as câmaras municipais nos concelhos maiores, onde a criminalidade realmente existe. Foi isso que eu ouvi. Se ouvi mal, enfim. Mas parece-me que ouvi bem.

Depois, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, uma última pergunta, um esclarecimento: a insegurança é que o crime aumenta, obviamente por falta de meios, já o dissemos. Mas, Sr. Deputado, pronuncie-se sobre a leva de criminosos que foram postos na rua com a nova lei. Gostaria que V. Ex.^a se pronunciasse sobre essa matéria, e gostaria de saber qual foi o papel do seu partido nesta reforma da justiça, no pacto da justiça, e se não pôs mais criminosos e ladrões cá na rua por vossa culpa e por vossa proposta e por vosso entendimento. Gostaria que V. Ex.^a esclarecesse qual é a sua posição e se isso aumentou ou não a insegurança nas ruas, pondo mais ladrões cá fora. Gostaria que V. Ex.^a me esclarecesse sobre essa matéria, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de mais, quero saudar todas as bancadas e o Deputado Independente, pela oportunidade que dão de valorizar o assunto e o pacote de iniciativas legislativas e políticas, dando a sua opinião e, desde logo, colocando com seriedade a prioridade política que tem de haver nos Açores e nos órgãos de governo próprio, para este momento, na Região Autónoma dos Açores, para as questões de segurança pública.

As questões de segurança pública, obviamente no plano da intervenção securitária, isto é, ao nível da intervenção das forças de segurança, das causas do aumento da criminalidade, da marginalidade e da delinquência e, mesmo, nas questões relativas à perseguição criminal e respectiva punição.

Gostaria de começar, como deve ser, pelo princípio.

A primeira nota é de saudar o Deputado Francisco Coelho porque, com saudável calma e ponderação, apreciou com rigor e objectividade quer a comunicação política feita por mim na apresentação deste pacote de iniciativas legislativas e políticas, quer mesmo a observação ponderada sobre o mérito das mesmas. Quero dizer que isso foi uma boa nota, que poderia ter servido de inspiração para os restantes interventores, e infelizmente não o foi.

Primeiro, quem tem experiência parlamentar devia perceber, com excepção também do Deputado Paulo Gusmão...

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Obrigado!

O Orador: ... o procedimento regimental que usei, ele não colocou aqui nem o pedido de urgência, nem o pedido de dispensa em comissão. O que significa que, por este facto, nós damos um contributo com aquela humildade de quem se prepara para que esse debate seja público e avaliado, considerado com propostas no sentido da sua melhoria, criticado, naturalmente.

Mas para os Açores e para os açorianos o que é prioritário é que, por nós e pela nossa iniciativa, o debate da insegurança pública nos Açores deve ser levado para os órgãos de governo próprio. Não é apenas uma questão da República, nem do Ministério da Administração Interna, nem dos polícias. É também dos políticos desta Região, é também dos órgãos de governo próprio, que podem e devem intervir, com os meios que têm ao seu alcance, nesta matéria. Este é o desafio que lançamos.

Para repor a verdade, contraditando o Deputado Artur Lima, não é uma questão nova para o PSD; aliás, precede as intervenções e as iniciativas do Partido Popular, as iniciativas que foram protagonizadas pelo PSD, já nesta Legislatura. Ainda em 2006 eu próprio, e não outro, apresentei aqui uma proposta de resolução...

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: ...Aliás aprovada por unanimidade, que está publicada no Diário da República, e que, exactamente por ter sido aprovada por unanimidade, teve um sinal político da Assembleia Legislativa: a que estávamos todos preocupados com essa matéria.

E a luta que eu faço aqui, ao contrário da sua, Sr. Deputado, não é uma luta de protagonismo e de quem falou primeiro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É de, em uníssono, resolvermos o problema de segurança pública nos Açores.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: E nisso o Sr. Deputado Artur Lima marca uma diferença. O senhor procura encontrar, em cada tema que possa colher sensibilidade da opinião pública, uma oportunidade para protagonizar um ganho eleitoral.

Nós não, estamos aqui para garantir, com eficácia, soluções para resolver um problema.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta diferença, no que me diz respeito, Sr. Deputado, devo dizer que não o autorizo a dizer que eu não sei o que é que quero nesta matéria.

Primeira nota: devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que se tivesse estado atento tinha visto e percebido que não se trata apenas de uma proposta, trata-se de um conjunto de propostas e que, curiosamente, abarcam todas as preocupações que, superficialmente, o Sr. Deputado referiu aqui como suas dúvidas.

A primeira, e isto também serve de resposta, designadamente, ao Sr. Secretário Regional, que me parece não preparou, apesar de ter visto com antecedência, bem a sua intervenção, quanto à dificuldade constitucional ou não de um conselho consultivo.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Quem não se preparou devidamente foi o senhor.

O Orador: Pode até o Sr. Deputado achar que o problema da segurança pública e de uma iniciativa nesta matéria tenha a ver com o senhor estar ou não estar no conselho. Porque não é essa a minha preocupação. Se o senhor entender que é relevante o senhor estar no conselho, apresente em proposta de comissão, será aceite. Mas não é isso que verdadeiramente deve elevar o debate e a reflexão em matéria de segurança pública. E o senhor reduziu apenas à sua presença, ou não, no conselho de segurança pública. Isso demonstra a dimensão política na avaliação que o senhor faz desta problemática.

Segunda nota.

O senhor fez uma intervenção que não tem a ver com o tema. Está esclarecido. Está esclarecido que, se considera que há um défice de representação da Assembleia Legislativa

com dois deputados no conselho consultivo, apresente proposta de aumento. Eu ponderei, o Partido Social Democrata ponderou, um conselho consultivo que não fosse por excesso, menos inviável e pouco praticável.

Agora, Sr. Secretário, é outra questão.

Sr. Secretário, primeiro, confundiu aquela norma constitucional n.º 6 do artigo 231º, porque se trata de uma competência de reserva absoluta do Governo Regional em sua própria auto-organização.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Quem é o órgão executivo? É o PS?

O Orador: E nós estamos a tratar de um conselho consultivo.

Devo dizer-lhe, Sr. Secretário...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Sr. Secretário Regional, o conselho tem as suas funções consultivas e de articulação porque, com humildade, nós reconhecemos que o funcionamento dos conselhos municipais existentes, os conselhos municipais de segurança não têm sido o melhor, como se viu, aliás. Foi preciso haver ladrão para colocar trancas à porta. Porque, na verdade, os conselhos municipais, infelizmente – e todos, independentemente da autarquia ser duma cor ou de outra – reagiram mais do que agiram.

E o que nós pretendemos é que o próprio conselho consultivo regional possa ser estímulo para a articulação e para a motivação do funcionamento dos conselhos de segurança municipal. E, portanto, aí está mais uma virtude da existência deste conselho consultivo de origem regional para tratar as questões de segurança.

Por outro lado, vem ao encontro – e aí nós não estamos em contradição, estamos até a favor e procurando criar uma antecâmara de apoio a este objectivo político que o governo tem protagonizado e bem, com a nossa concordância – de poder coordenar e de poder, como aliás o governo respondeu em requerimento a esta bancada, no processo de revisão da lei orgânica da segurança interna, garantir meios e competências para a Região em matéria de coordenação das forças de segurança nos Açores.

Portanto, se nós pudermos conjugar, por um lado, a existência de um conselho consultivo que, ainda por cima, tem nas suas competências, como eu bem referi, aconselhar o Presidente do Governo na sua qualidade de membro do conselho superior de segurança interna, está a dar um contributo para fundamentar e apoiar o Presidente do Governo nesta matéria.

Mais outra virtude da existência deste conselho de segurança pública na Região Autónoma dos Açores, entre outros.

Desde logo assegurar, com o enquadramento da própria alteração da Lei de Segurança Interna, que os comandantes regionais das forças de segurança possam ter o dever e cumprir com uma obrigação legal para com os órgãos de governo próprio informando tudo o que houver a respeito de segurança pública na Região Autónoma dos Açores.

Finalmente, para dizer, e aí esclarecer a dúvida, legítima e em tom adequado, que o Sr. Deputado Francisco Coelho colocou, quanto por um lado ao aqui designado, nos termos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Projecto de Interesse Comum, é um objectivo que nós pretendemos. Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, se conhecesse a Lei de Finanças das Regiões Autónomas teria percebido que ela própria determina que o Governo Regional pode propor ao Governo da República, e é aprovado depois por decreto-lei, um projecto de interesse comum onde se definam, depois, todas as condições de financiamento e de cooperação entre a Região e a República, no caso negociado entre o Governo Regional e o Governo da República, os meios financeiros e logísticos para cumprir um projecto de interesse comum.

E portanto, está, nesta proposta de resolução, citada a própria Lei de Finanças das Regiões Autónomas e os seus procedimentos.

Finalmente, Sr. Deputado Artur Lima, porque, a benefício da verdade...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS afinal existe.

O Orador: Eu vejo, logo existe.

A benefício da verdade, o Sr. Deputado disse que o PSD estava contra a existência de polícias municipais.

Presidente: Sr. Deputado, deixe-me só fazer um ponto de ordem na Mesa.

Eu não vou criticar a sua intervenção, está a correr muito bem, está tudo certo...

O Orador: Obrigado.

Presidente: O ponto de ordem é só para dizer que não vamos discutir agora a matéria de segurança interna, nem mais isto, nem mais aquilo. Portanto, foi a apresentação do diploma, há dez minutos para perguntas, fizeram-se perguntas em dez minutos, o Sr. Deputado está a esclarecer, mas sempre neste âmbito.

A profundidade da segurança interna, e tudo o mais, será para outro momento. Isto é só um pequeno ponto de ordem.

O Orador: Pois o Sr. Presidente interveio, e interveio bem, até porque o que eu disse exactamente foi politicamente relevante o facto de não termos pedido, em nenhuma destas iniciativas, nem o processo de urgência, nem o pedido de exame em comissão, porque queremos um debate público e parlamentar à volta destas iniciativas, aceitando propostas e críticas para o seu aperfeiçoamento.

Portanto, o que está em primeiro lugar, para nós, é resolver problemas de segurança e de insegurança pública na Região Autónoma dos Açores.

Mas, para concluir, porque foram questões e afirmações, umas que não correspondem ao rigor da verdade, é que o PSD nunca esteve contra as polícias municipais, pelo contrário, defendeu. E o que o Presidente do PSD afirmou, em determinada altura, foi que, no caso concreto de uma proposta de criação de polícia municipal para o Concelho de Ponta Delgada, há propostas daquela autarquia no Governo da República e que estão na gaveta. E esse foi o alerta que o Presidente do PSD fez, para que se resolvesse esse problema, porque é uma proposta concreta, que está no Conselho de Ministros há mais de dois anos.

Portanto, não há um problema de dúvida contra o PSD relativo à polícia municipal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Outra nota, Sr. Deputado Artur Lima.

Eu próprio ali citei, ou melhor, antecipei as iniciativas que o PSD há-de apresentar, como anteproposta de lei, ainda em matéria da segurança pública.

Curiosamente, vai exactamente ao encontro destas duas questões que o senhor quis referir como sendo um problema do PSD Açores e não o é.

Primeiro: a de que queremos que, através dessas antepropostas de lei, a autoridade dos agentes de segurança pública seja recuperada. Por isso admitimos alterações ao Código de Processo Penal, quer para devolver a autoridade aos agentes da polícia, quer mesmo para responsabilizar os criminosos pela prática dos seus crimes.

Nessa matéria, está anunciado na minha comunicação, teremos propostas de alteração para o Código de Processo Penal e eventualmente para o Código Penal, com o objectivo de repor e devolver a autoridade aos agentes de segurança, e responsabilizar os criminosos.

Finalmente, quero também saudar o Deputado Paulo Gusmão pelo modo como quis abordar esta matéria. Afinal, conseguiu fazê-lo nas várias vertentes.

Na vertente da causa da criminalidade e da delinquência e marginalidade, obviamente que isso tem a ver, como eu aliás referi na minha intervenção, com políticas sociais de inclusão, que tenham tendência para diminuir a marginalidade e a delinquência, sendo certo que há movimentos que não são facilmente contornáveis. Desde logo o próprio desenvolvimento e, como dizia e bem, a desruralização e o reforço da urbanização, tem tendência para formar nichos de aumento da criminalidade e da delinquência. Agora, o que é preciso é ter políticas pró-activas, de modo a diminuir essa consequência, muitas vezes inevitável, do aumento da criminalidade.

Como também fez referência ao facto de haver repressão, pois bem, eu direi que a par da repressão, a prevenção. Por isso defendamos mais polícias e um policiamento de proximidade e de visibilidade nas ruas, porque ela é simultaneamente repressiva e de prevenção porque, desde logo, dissuade os marginais da prática criminosa, sobretudo aquele tipo de criminalidade que eu bem referia, que que correspondem ao aumento da criminalidade nos Açores. Não são crimes graves mas, desde logo, os crimes contra o património ou, mesmo, a pequena agressão às pessoas, que são muitas vezes praticados nos Açores e a que tem correspondido um grande aumento.

Finalmente, Sr. Presidente, para lhe dizer que é preciso considerar estas propostas – e elas serão avaliadas em sede de comissão parlamentar – no seu conjunto, porque uma procura, desde logo, colaborar com o Governo Regional em matéria de acompanhamento das questões de segurança pública e até, mesmo, poder fazer chegar à Assembleia da República e ao Governo da República uma posição que possa ser unânime da Assembleia Legislativa da Região, quanto à reforma da Lei de Segurança Interna, podendo passar competências de coordenação para os órgãos de governo próprio em matéria de segurança pública.

Já afirmámos aqui um projecto de resolução que, por iniciativa própria, põe o Parlamento a pronunciar-se favoravelmente a essa regionalização da coordenação.

Propomos que a Região possa colaborar com meios logísticos num projecto de interesse comum previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas para o reforço de meios e recursos humanos à polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores.

Propomos e, essa, da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, que possa, nas ilhas onde há aeródromos e uma aerogare civil da responsabilidade da região, que a segurança pública possa ser feita por empresas de segurança privada, libertando os actuais agentes da polícia pública para policiamento de proximidade.

Finalmente, o concelho de segurança pública.

Não se pode dizer que houve aqui uma proposta avulsa e descabida.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, terminou o seu tempo.

O Orador: Que ela pode ser aperfeiçoada, pode. Mas que correspondeu a um pacote coerente, global e complementar, sim. Sendo certo que eu ainda antecipei a apresentação futura de antepostas de lei para resolver as preocupações que hoje todos temos, de ordem nacional, que quer o Código Penal quer o Código de Processo Penal e a sua revisão provocaram.

Portanto, nessa matéria não há dúvidas, e nós assumimos e eu assumo, com frontalidade, esta nossa opção do PSD Açores.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Passamos à nossa agenda.

Projecto de Decreto Legislativo Regional – "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho – Apoio financeiro a atribuir no combate à infestação por térmitas", apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular.

O Sr. Deputado Artur Lima quer apresentar o diploma? Tem a palavra.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A praga das térmitas talvez sirva para descomprimir um bocadinho este ambiente – o bichinho talvez sirva para descomprimir o ambiente, talvez a térmita nunca tenha tido tanta

utilidade, utilidade descompressora – e eu devo aqui dizer que este contributo que o CDS/PP dá, para resolver o problema das térmitas, obviamente não se esgota aqui.

Devo também aqui dizer que já foi feito aturado trabalho, outras intervenções, nomeadamente da Sra. Deputada Carla Bretão, que afincadamente se dedicou a esse assunto e levantou esse problema há algum tempo, levantou aqui questões sérias, trouxe aqui algumas reflexões, de maneira que não quero nem pretendo retirar, à Sra. Deputada, a iniciativa que tem tido, aqui nesta casa.

Mas era preciso atacar de frente este problema, e atacar de frente este problema passa por um combate efectivo e uma rápida ajuda às pessoas, algumas das quais têm as suas casas já a caírem.

Verificou-se que a tabela de apoios estava, talvez, um pouco desactualizada. O CSD/PP propôs, ao Governo Regional dos Açores, no âmbito de entendimento – claríssimo, para que não restem dúvidas, parece que há aí alguns espíritos que ainda têm dúvidas sobre essa matéria –, uma oposição construtiva a bem e a favor dos açorianos. Tínhamos conhecimento do problema e era preciso agir rapidamente.

Não se esgota aqui o combate às térmitas. Agora, é uma medida de extrema importância, esta que vai ser tomada.

Permitir, por exemplo, à classe média aceder a apoios para reconstruir a sua casa; às famílias numerosas também terem apoios para reconstruir as suas habitações, é um grande passo no combate a esta praga dado por proposta do CDS/PP e por aceitação do Governo Regional dos Açores. Está aqui dado um grande passo.

Houve espíritos que até durante o Plano e Orçamento duvidavam que isto fosse era possível e que isto não existia, mas afinal existe, afinal está aqui hoje. A partir de hoje, os açorianos vão ter mais apoios para combater esta praga. E isto é que é fundamental: é as famílias sentirem em casa que, por proposta do CDS/PP, por entendimento do Governo dos Açores, vão ter mais dinheiro. É um critério mais justo, mais abrangente e melhor para todas as famílias que se vêm a braços com esta praga. Isto é que é preciso ressaltar e sublinhar muito bem sublinhado.

Hoje, o que está a acontecer nesta casa é histórico.

É preciso não esquecer que o combate a esta praga não é da exclusividade do Governo Regional dos Açores. O Governo Regional dos Açores tem o dever e a obrigação de

combater isto, que se chama uma praga e que atinge toda a gente. Não escolhe ninguém, não ataca pela declaração de IRS.

E as Câmaras Municipais? Têm ou não obrigação de também colaborar no combate a esta praga?

Também queria deixar aqui este alerta: há que haver aqui uma conjugação de esforços entre quem faz propostas, partidos da oposição, neste parlamento, o Governo Regional dos Açores, que aceitou as propostas, mas há também que haver envolvimento no combate activo, na prevenção activa, a esta praga por parte dos municípios, porque têm responsabilidades nesta matéria, seja ao nível da construção, seja ao nível da recolha dos lixos contaminados, do tratamento destes lixos e essas madeiras, a vários níveis. Seja até a nível da educação das pessoas. Considero fundamental que haja aqui uma conjugação de esforços de todos – nomeadamente do Governo, autarquias – no combate a esta praga. Até com novos materiais de construção que podem ser usados, e que as térmitas não gostam de comer, que eu, não sendo arquitecto, sei que existem.

Também queria aqui lembrar uma notícia que deu na TVI, quarta ou quinta-feira da semana passada, em que apareceram declarações preocupantes.

A um autarca, pareceu-lhe que aquilo não era nada com ele. Que, enfim, era um problema muito grave que era preciso atacar, que era uma calamidade, que as casas estavam a cair, que se calhar era preciso pôr alumínio nas janelas, que se calhar era preciso pôr isto, se calhar era preciso pôr aquilo. Mas eu pergunto: qual tem sido o papel das Câmaras Municipais até hoje? Desconheço algum papel activo ou sequer pró-activo nessa matéria.

Ouvi também uma declaração duma senhora investigadora universitária, que diz – e isso preocupa-me, obviamente, como certamente nos preocupa a todos; a preocupação nestas matérias, da segurança dos edifícios, da segurança pública, não é exclusiva de ninguém, é de todos; é dos deputados, é do Governo, é da sociedade, é de todos nós – que há determinadas habitações que não resistem a um sismo de intensidade média. Foi isso que foi dito pela Universidade dos Açores. Também é preciso apurar, enfim, o que é que se passa nesse capítulo.

Agora, que eu não tenho dúvidas de que isto é um passo urgente que precisava ser dado. O CDS/PP teve a humildade de responder ao apelo público do Presidente do Governo Regional dos Açores e fez esta proposta. O Governo Regional dos Açores também teve a

humildade de aceitar. É bom que se diga aqui, em abono da verdade, que o Presidente do Governo Regional dos Açores não impôs nem negociou nenhuma condição com o CDS/PP Açores, ao contrário do que se anda aí a dizer. Do que se disse, ou do que se não disse, mas se queria dizer.

Agora o que interessa é que hoje temos este projecto, útil aos açorianos e a favor daqueles que precisam, que neste caso são as pessoas afectadas por esta praga.

Para já, Sr. Presidente, ficava por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Vou dar a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Lembro-lhe que faltam vinte minutos para a nossa hora regimental, não há problema nenhum, é só para lembrar isso, se entenderem que este diploma deve ser votado hoje. Tem a palavra o Sr. Deputado.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este ponto da nossa ordem de trabalhos e esta alteração que é proposta ao Decreto Legislativo Regional 20/2005/A, como é do conhecimento geral e já foi aqui dito, resultou de uma negociação política que foi levada a cabo pelo Sr. Deputado Artur Lima, na qualidade de dirigente partidário, e pelo Sr. Presidente do Governo, o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Secretário da Presidência e, naturalmente também, através do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

O Grupo Parlamentar do PS também foi envolvido nessas negociações, como naturalmente seria de esperar, uma vez que são os deputados que aprovam estas alterações, e portanto, como é óbvio, o PS apoia estas alterações.

Convém dizer sobre isso que de facto é justo realçar o papel que o CDS/PP teve em termos de criar um quadro político e criar condições e um ambiente negocial que pudesse ser frutuoso, e acho que nesse aspecto é de inteira justiça reconhecer esse esforço e esse mérito ao Deputado Artur Lima. O PP mostrou-se um partido razoável, sereno e muito lúcido em relação aos seus objectivos, quer táticos quer estratégicos, acho eu, o que nem sempre é nota na oposição, infelizmente o PSD nesse aspecto é uma razia, mas aqui, concretamente, o que nós estamos a aprovar...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Não é fixação, Sr. Deputado, o senhor sabe, os senhores muitas vezes são um partido extremista, que é uma coisa inconcebível.

No fundo, só para recapitular e muito rapidamente como eu tinha prometido, Sr. Presidente, nós fomos alterar um anexo, duas tabelas num anexo, ou seja gostava só de dizer isso e, fazendo também a discussão já na especialidade, Sr. Presidente, se me permite, as formas de apoio continuarão a ser as duas que já estavam previstas: a comparticipação a fundo perdido e a bonificação de juros de empréstimos.

As condições de candidatura também são as mesmas, e digo isso porquê? Digo isso sobretudo para também salientar o mérito que esta iniciativa teve desde o início. E aqui também o reconhecimento ao papel que o Governo, que o Sr. Secretário da Habitação, teve neste processo.

Assim, o diploma é válido, o diploma tem aspectos muito positivos, e foi isso que o Governo sempre assegurou desde o início, e também julgamos ser justo, e é interessante analisar ao fim desses dois anos – mais de dois anos – que o diploma está a funcionar, teve necessidade de alguns afinamentos, esses afinamentos estão aqui, e merecem o nosso apoio e, conseqüentemente, julgo que os açorianos ficam a ganhar.

Eu não diria, como disse aqui o Sr. Deputado Artur Lima, que hoje vivemos um momento histórico, certamente um momento histórico para si e para o seu partido, mas é um momento importante, com certeza, Sr. Deputado, e nós temos consciência disso e já o referi, mas é realmente um momento importante e damos aqui um passo que acreditamos ser muito relevante para a melhoria, neste caso concreto, das condições de habitação de diversas famílias açorianas, também reconhecemos isso, como é óbvio.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao longo desta legislatura o PSD tem alertado, por diversas vezes, relativamente a esta matéria.

A problemática das térmitas tem sido algo que nos tem preocupado e em que, por diversas vezes, tentámos apontar caminhos, soluções, sempre numa perspectiva consciente e sempre a par do trabalho científico que tem sido desenvolvido.

E por isso mesmo propusemos algo que achámos essencial, como a criação de uma estrutura que, realmente, coordenasse e gerisse tudo o que tivesse a ver, todas as acções necessárias a implementar para o eficaz combate a esta problemática, e que esse mesmo organismo estivesse em permanente articulação com os diversos departamentos do Governo Regional e com as Câmaras Municipais. Alguém que, a todo o tempo, pudesse dar uma resposta eficaz a alguma dúvida que se colocasse. Não foi aceite.

Na altura, chumbando a proposta, argumentaram que a consideravam fora de tempo, que haveria uma estratégia delineada pelo Governo Regional para o combate deste problema.

O que nós vemos, neste momento, é que os organismos se sentem ao Deus-dará. Ninguém sabe bem o que é que há-de fazer, alguns tomam algumas medidas avulsas, sem qualquer implementação concreta.

Realmente, nessa altura também propusemos a criação de apoios financeiros. Não como uma medida de ataque ou uma medida, em si própria, para resolver o problema, mas sim como uma medida complementar, que seria muito necessária para a ajuda a todo um processo de combate à praga das térmitas.

Quando o Governo Regional apresentou o Decreto Legislativo e que nós, na altura, referimos que achávamos que era muito pouco porque, aquilo sim, era uma medida complementar e não o principal que teria que ser feito, novamente disseram que aquilo seria algo urgente, que teria que surgir, e que serviria para atacar os problemas mais graves, as casas que eventualmente apresentassem danos consideráveis e que tivessem de ser intervencionadas.

Passados que são dois anos e meio, nós realmente percebemos que essa estratégia nunca existiu. Que nunca houve uma preocupação, nem coragem política, para tomar as rédeas à situação. Isso é algo que é uma evidência.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não é verdade, Sra. Deputada.

A Oradora: Não é demagogia, não é mentira, é algo que todos nós sabemos que está a acontecer. O Governo não tomou as rédeas à situação. Esta é uma situação de dimensão

regional que necessitava de um olhar atento, que necessitava de, pelo menos, implementar as medidas já apontadas pela investigação científica.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado, nós, no PSD, temos estado constantemente em coordenação com essa investigação, sabemos exactamente o que é que eles sugerem e estamos de acordo com esses mesmos propósitos.

Agora o CDS/PP apresenta uma alteração ao Decreto Legislativo dos apoios financeiros, e muito bem, o PSD apoia a iniciativa, tal como já apoiou, na altura, a criação do Decreto Legislativo. Mas continuamos a achar que é muito pouco, que as nossas propostas continuam muito actuais, e que muito há a fazer.

Sr. Deputado, isto não é uma brincadeira. É algo muito sério. Falámos há pouco de insegurança, isto também é uma face dessa mesma insegurança. Quanto aos edifícios, por exemplo, trata-se de muito património que está em jogo.

Por isso mesmo, não tenhamos ilusões. Esta alteração é importante mas não vai resolver o problema. Não vai atacar o problema de frente, como aqui foi dito. Temos de ter consciência de que algo tem de ser feito. O Governo Regional tem de estar em permanente articulação com as câmaras municipais e, acima de tudo, identificar como esta praga está na nossa Região. Neste momento, o Governo Regional não sabe em que estado é que está a disseminação desta praga.

Sr. Secretário, nós sabemos que o estudo que está a ser feito pela Universidade foi apoiado pelo Governo Regional. Mas não basta atirar dinheiro para cima dos problemas, como é vosso apanágio. É preciso actuar de fundo. É preciso criar medidas. Nós já as propusemos aqui, é só necessário ter a coragem de as implementar e não só a nível dos apoios financeiros, porque essa é a parte mais fácil.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas é a que resolve o problema.

A Oradora: Não são os apoios que vão resolver o problema. Esta medida é essencial, é necessária, mas é uma medida complementar a todo um outro processo e tem de haver uma coordenação.

Por isso mesmo, nós apoiamos a iniciativa, como é óbvio, mas achamos que é pouco, que há muito a fazer e que, realmente, todas as nossas propostas continuam muito actuais.

Obrigada.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Independentemente do enquadramento que deu origem a esta proposta, gostaria de dizer algumas coisas em relação a esta matéria.

Em primeiro lugar, o Governo está a cumprir integralmente o diploma aprovado nesta Assembleia Legislativa Regional.

Em segundo lugar, é o Governo que tem feito, entre outras coisas, a formação dos técnicos das câmaras municipais, dos departamentos do Governo envolvidos nesta matéria, é o Governo que tem, no Laboratório Regional de Engenharia Civil, o equipamento que está a testar em autoclave o comportamento das madeiras e que, de algum modo, vai servir também para actuações futuras. É o Governo, como diz a Sra. Deputada, que tem dado apoio à investigação científica nesta matéria, mas também é o Governo que, sem demagogias, sabe que uma praga não se extermina em dois anos e meio. É o Governo que sabe, também, que tem sido o único representante e a única entidade dos Açores que, infelizmente, tem cuidado deste problema.

Já foi dito aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima e muito bem: o problema não é da colaboração entre o Governo e as câmaras, o problema é saberem, essas entidades, que a salubridade e a segurança dos edifícios é uma competência estrita e própria das câmaras municipais. Portanto, elas também têm um papel fundamental neste processo, ao nível da identificação do número de casos, como, aliás, já fez a câmara de Angra há alguns anos, mas foi só a câmara de Angra; com a divulgação de prospectos, houve uma outra autarquia que também fez qualquer coisa nessa matéria. Em matéria de combate às térmitas tem sido o Governo o principal interventor, a principal entidade a conduzir o processo e a actuar nesta matéria.

Agora, o que é demagógico é vir com a conversa das articulações, dos sistemas, das situações globais, para não se resolver coisa nenhuma. Essa é a nova técnica do PSD. Ou seja: para não resolver nada de um conjunto de situações, acaba por inventar o termo da integração, dos sistemas, e de outros *clichés*, que não correspondem àquilo que é preciso fazer no dia-a-dia. Aquilo que é preciso fazer é ter conhecimento, como esta proposta acaba

por ter, e aumentar o número de pessoas que podem ter apoios e, desta maneira, poderem também constituir uma primeira linha de ataque às situações que já existem nos Açores.

Mas, repito, tem sido o Governo a principal entidade a efectivamente actuar, sem medo, porque o Governo não tem medo dos problemas, por isso tem reparado dezenas e dezenas de calamidades, já investiu quinhentos milhões de euros na reparação das calamidades nos Açores e a resolver problemas de milhares de famílias. Portanto, o argumento da coragem não é para nós, é para aqueles que deixaram, provavelmente, muitos problemas por resolver e que nós resolvemos durante este tempo.

Em suma, nós reafirmamos aqui três coisas:

Precisamos que os apoios tenham, naturalmente, maior abrangência. Saudamos, portanto, a iniciativa do PP e esperamos que mais cidadãos possam aceder a este tipo de apoios para resolver as suas situações.

Estamos interessados em formar técnicos, desde que as autarquias o suscitem, porque nós temos pessoas creditadas e habilitadas para isso.

Estamos a fazer um trabalho no Laboratório Regional de Engenharia Civil, com equipamentos que já comprámos para o devido efeito e para experiências de madeiras em situação de autoclave. Temos linhas de investigação do apoio à Universidade dos Açores.

Portanto, é o Governo que está a fazer, mais do que qualquer outra entidade. Escusa o PSD de, com a sua retórica habitual, vir lançar televangelismos na situação das térmitas porque nós, efectivamente, não colhemos nenhum ensinamento destes televangelismos, a que já estamos habituados.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

Assim sendo, retomamos amanhã às dez horas.

(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Lima Cardoso **Ventura**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria da Silva **Gonçalves**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 – Requerimento:

Assunto: Abertura da Escola Tomás de Borba

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 08.01.22

Referência: 54.03.03 - N.º 331/VIII.

2 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Insegurança nos Açores

Autor: Pedro Gomes (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 08.01.22

Referência: 54.03.00 – N.º 316/VIII;

Assunto: Grota do Vale

Autores: António Ventura, Clélio Meneses e Carla Bretão (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 08.01.22

Referência: 54.03.03 – N.º 317/VIII;

Assunto: Estrada das Levadas o Mistério da Obra Parada? Cuidado o Perigo Espreita!!!

Autor: Mark Marques (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 08.01.22

Referência: 54.03.05 – N.º 318/VIII.

REQUERIMENTO

A Escola Tomás de Borba, situada (EBITB) na freguesia de São Pedro, lugar de São Carlos, prometida como grande prioridade em 1996, conheceu, nestes últimos tempos diversas datas para a sua entrada em funcionamento.

Depois da garantia dada, por diversas vezes, para abertura da nova escola no ano lectivo de 2007/2008, logo se alterou para 3 de Janeiro a abertura efectiva e global de todos os anos em causa, o que não aconteceu.

Posteriormente, constou que tal abertura seria realizada na segunda quinzena de Janeiro, tendo constado também que seria efectuada uma transição faseada por níveis, nomeadamente, Conservatório, pré-escolar, primeiro ciclo, segundo ciclo, terminando tal mudança a 11 de Fevereiro com o terceiro ciclo e o secundário.

Considerando, também, que os acessos à referida escola são deficitários.

Considerando que para o ano lectivo 2007/2008 foram tidos por base critérios para formação de turmas, para o 10º ano de escolaridade, que originaram a transição do Curso de Línguas e Humanidades e do Curso de Artes Visuais para a Escola Tomás Borba (EBITB), ficando a Escola Jerónimo Emiliano de Andrade (JEA) com o Curso de Ciências e Tecnologias e com o Curso de Ciências Socioeconómicas.

Considerando, ainda, que foi constituída uma turma do 10º ano do Curso de Ciências e Tecnologias, pela vontade expressa de alguns alunos, do referido curso, transitarem para a nova escola.

Considerando que não existe, neste momento, informação clara sobre a transição e funcionamento da Escola supra referida, vêm, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a data de abertura efectiva da Escola Tomás de Borba (EBITB)? Tal transição será realizada por fases ou em bloco?
2. A abertura da escola será efectuada ainda com obras em curso? De que zonas?
3. Se sim, como será garantida a segurança dos discentes, docentes e demais funcionários e será, também, assegurado o funcionamento de todas as valências da escola, nomeadamente, equipamento informático, biblioteca, instalações desportivas, laboratórios, cantina e bar?
4. Como será resolvida a problemática dos acessos ao estabelecimento de ensino?
5. Como estão planificados os circuitos de acesso por autocarro da zona sudeste da Ilha, uma vez que a centralidade da escola JEA era conciliável com a confluência dos trajectos das diversas rotas de autocarro das diferentes zonas da Ilha?
6. Ao nível do ensino secundário, nos próximos anos lectivos, quais os cursos que irão abrir na EBITB, para além do conhecido ensino artístico? E quais os que se continuarão da Escola JEA?
7. Nos próximos anos lectivos quais os alunos que irão para a EBITB? A escolha será individual ou por área de residência?

Angra do Heroísmo, 20 de Janeiro de 2008

Os Deputados, Carla Bretão, Clélio Meneses, António Ventura

ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 316/VIII – “INSEGURANÇA NOS AÇORES”

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência, de enviar a resposta ao Requerimento nº 316/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado Pedro Gomes, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Muito embora a Resolução da Assembleia Legislativa seja um contributo na sensibilização para a questão da segurança nos Açores, importa referir que a actuação do Governo Regional nesta matéria, não encontra, nem o seu impulso, nem a sua justificação, nem os seus limites nesse documento.

Ao contrário do que o Senhor Deputado julga conhecer, o Governo tem manifestado, por diversas formas e em várias ocasiões, a sua insatisfação pelos resultados que a actuação das forças policiais têm alcançado nos Açores.

Mais do que uma manifestação ou posição política, a acção do Governo dos Açores tem-se centrado na forma como se poderão articular os poderes regional e nacional para melhorar a actuação desse serviço do Estado, na melhoria das infra-estruturas que acolhem as forças de segurança e, ainda, no reforço dos meios humanos afectos a esse serviço.

2. Como é público, o Governo Regional considera este aumento como um passo dado no sentido certo, mas que se revela insuficiente.
3. O clima de cooperação que o Governo dos Açores tem mantido com os sucessivos Governos da República tem trazido resultados positivos para os Açores num conjunto variado de áreas relativas à Segurança, das quais se indica, a título de exemplo, a das instalações. Refira-se, pois, como ilustrativos desses resultados, as novas Esquadras da Polícia de Segurança Pública nos concelhos de Povoação, Nordeste, Vila Franca do Campo e Lagoa, na Ilha de São Miguel, na Ilha do Faial e, ainda, o reforço de agentes, muito embora se reafirme aqui a apreciação feita em 2. Apesar disso, o Governo

considera que se torna necessário manter uma atenção permanente à actuação desse serviço do Estado na Região, por forma a aproximar os seus resultados das necessidades e expectativas dos Açorianos.

4. Os aspectos que o Governo considera prioritários na área da Segurança, são os relativos à alteração da Lei de Segurança Interna, reforçando a coordenação e gestão de proximidade, através do Governo Regional, bem como o reforço dos efectivos. Estas duas medidas constituem um verdadeiro passo em frente na resolução da actual situação, avançando com aspectos concretos da actuação das forças de Segurança e não apenas insistindo em mecanismos de diagnóstico que, aliás, o Governo Regional já há muito transmitiu ao Governo da República.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N° 317/VIII – “GROTA DO VALE”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 317/VIII, subscrito pelos Senhores Deputados António Ventura, Clélio Meneses e Carla Bretão, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Em resultado de uma reunião realizada, em Junho passado, entre S. Exa. a Secretária Regional do Ambiente e do Mar e a comissão de moradores da Grota do Vale, que reclamou da existência de maus cheiros provenientes presumivelmente da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Angra do Heroísmo, situada nas proximidades, foi desencadeado procedimento relativo à análise à qualidade do ar da zona.

Da análise efectuada na altura verificou-se que a ETAR de Angra do Heroísmo se encontrava a cumprir com todos os parâmetros de descarga.

Por seu turno, os Serviços de Ambiente da Terceira reportaram nessa data a apresentação por telefone de três queixas de moradores no dia 27 de Abril, devido aos intensos maus cheiros que se faziam sentir no local.

Da deslocação ao local, realizada no mesmo dia da apresentação das queixas, os Serviços de Ambiente da Terceira verificaram que os maus cheiros tinham origem num cerrado, localizado perto da ETAR, utilizado como local de armazenagem temporária de estrumes a aplicar no terreno em frente. Constatou-se igualmente que a menos de 150 metros do cerrado existiam habitações e que os maus cheiros eram ainda perceptíveis a mais de 600 metros de distância.

A Secretaria Regional do Ambiente e do Mar contactou ainda, na mesma altura, os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, que relataram não ter existido qualquer problema operacional na ETAR que pudesse ter provocado a emissão de maus cheiros e odores desagradáveis.

Não obstante tudo indicar não haver correlação entre os odores desagradáveis e a operacionalidade da ETAR, e com o objectivo de dissipar quaisquer dúvidas que pudessem existir, foi adjudicada, em Novembro passado, a uma empresa da especialidade, a realização de medições de concentração de odores no ar ambiente em quatro locais, a jusante da ETAR no sentido da direcção do vento, a diferentes distâncias da mesma.

A estimativa das emissões de odores da ETAR será efectuada com base em modelação reversa, tendo em conta as condições meteorológicas registadas no período de medições e os valores de concentração obtidos em cada local. De forma a ter uma estimativa do impacto de odores ao longo de um ano na envolvente mais próxima da ETAR, será aplicado um modelo da dispersão atmosférica entrando em linha de conta com as emissões de odores. A empresa contratada já realizou, no passado dia 26 de Novembro, as medições de odores junto à ETAR, prevendo a entrega do relatório final até ao dia 15 de Janeiro de 2008.

Em termos de recursos hídricos, no que respeita à qualidade do efluente rejeitado pela ETAR Municipal de Angra do Heroísmo (que recebe o efluente da ETARI da

PRONICOL), verifica-se o cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 152/97, 19 de Junho, pelo que temos a referir que:

1. A PRONICOL – Produtos Lácteos S.A., possui Licença Ambiental, nos termos da legislação relativa à prevenção e controlo integrado da poluição (LA n.º 1/2007/DRA, emitida a 29 de Agosto de 2007);
2. A ETAR da instalação é constituída pelas seguintes operações:
 - Bombagem de efluente destinado, somente, à elevação de efluente pré-tratado para a ETAR.
 - Tratamento biológico anaeróbio: destinado à regularização de caudais, à redução e essencialmente à digestão de matéria orgânica e inorgânica, através de um processo biológico anaeróbio em fase de hidrólise.
 - Tratamento biológico aeróbio: destinado à redução de matéria orgânica e inorgânica, incluindo nitrificação e desnitrificação, através de um processo biológico de lamas activadas incluindo uma fase anóxica.
 - Tratamento químico: destinado à remoção final de matéria orgânica e inorgânica, suspensa e/ou dissolvida, através de um processo químico de floco-decantação.
 - Processamento de lamas: destinado à desidratação de lamas químicas e, se necessário, de lamas biológicas em excesso.
 - Processamento de químicos: destinado à preparação, armazenagem e doseamento de soluções de químicos auxiliares de tratamento.
 - Instalações complementares: estas englobam a instrumentação de medida e controlo e a instalação dos sistemas eléctricos de potência e comando de toda a estação.
3. De acordo com as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD's) o presente sistema de tratamento é um dos indicados para uma indústria de lacticínios. Além do tratamento sujeito na Estação de Tratamento de Águas Residuais da Unidade Industrial (ETARI), os efluentes são encaminhados para a Estação de Tratamento de Águas Residuais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo;
4. A descarga da ETARI da PRONICOL no sistema de drenagem municipal está devidamente licenciada pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo;
5. A indústria de lacticínios realiza uma monitorização mensal às suas águas residuais. Antes da descarga destas na ETAR Municipal, são efectuadas análises físico-químicas

aos parâmetros analíticos pH; Temperatura; SST; CQO; CBO₅; Nitratos; Fósforo Total; Azoto Total e Nitritos;

6. Face aos valores obtidos, temos a referir o seguinte:

6.1. Os valores médios obtidos no efluente tratado da ETAR da PRONICOL, para os parâmetros de pH; Temperatura; SST; CQO; CBO₅; Nitratos; Fósforo Total; Azoto Total; Cloretos e Nitritos, observados para os anos de 2004, 2005, 2006 (Jan-Out), encontram-se dentro dos Valores Limites de Emissão (VLE), impostos pelo Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de Agosto;

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N° 318/VIII – “ESTRADA DAS LEVADAS – O MISTÉRIO DA OBRA PARADA? CUIDADO O PERIGO ESPREITA!!!”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 318/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Na última sessão plenária da ALRA foi aprovado o Plano para 2008. Na proposta de investimentos para a ilha de S. Jorge esteve, como todos sabem, e em particular os deputados de S. Jorge, a empreitada de reabilitação do troço da estrada em causa

Logo após a aprovação do Plano a referida empreitada foi posta a concurso. Nesta empreitada, irão ser feitas as intervenções já programadas e consideradas adequadas

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

Pela redactora

Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa